# DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Eliane Mimesse Prado
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2021

# DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Eliane Mimesse Prado
(Organizadora)

Ano 2021

Ano 2021

Atena
Editora

# Dimensões da infância na história da educação

**Bibliotecária:** Janaina Ramos
**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo
**Correção:** Flávia Roberta Barão
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista
**Revisão:** Os autores
**Organizadora:** Eliane Mimesse Prado

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

D582 Dimensões da infância na história da educação / Organizadora Eliane Mimesse Prado. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-173-9
DOI 10.22533/at.ed.739211506

1. História da educação. 2. História. 3. Assistência. 4. Infância. 5. Diálogo. I. Prado, Eliane Mimesse (Organizadora). II. Título.

CDD 370.9

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

**Atena Editora**
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

Ano 2021

# APRESENTAÇÃO

## História, Assistência e Infância: um convite ao diálogo

Arlete Farge (2011) entende que a atualidade histórica provoca ao historiador novas interrogações e que “a disciplina se abre a outros caminhos, métodos e formas de exposição.” (FARGE, 2011, p.61). A atualidade que atravessamos no Brasil e no mundo, marcados pelo sofrimento de uma pandemia, nos obriga a pensar, escrever e nos entender na relação com o mundo. A pesquisa e os nossos esforços de estudo se abalam, não só pelas dificuldades conjunturais momentâneas, mas pelos sentidos que empreendemos nas relações humanas e na vida cotidiana.

> A dor não é uma invariante, uma consequência inevitável de situações dadas; é um modo de ser no mundo que varia segundo os tempos e as circunstâncias e que, por essa razão, pode se exprimir ou, ao contrário, se recalcar, se expulsar ou se gritar, se negar ou arrastar outrem para ela. (FARGE, 2011, p.19)

A dor deste momento pandêmico – em terras brasileiras – dá dimensão coletiva a esta experiência da tragédia humana e da irresponsabilidade da esfera governamental federal por não agir em prol da proteção das crianças, dos jovens e adultos diante das consequências sanitárias e sociais que atravessamos. Mas, diante deste contexto, como tratar da pesquisa histórica, dos achados empíricos, enfim das análises que gravitam sobre infância? De pronto, faz-se necessário assumir que o investimento de horas a fio nos estudos sobre historia da infância representa resistência e inventividade, demonstra nossa disposição em entender os fenômenos históricos e contemporâneos sobre a vida das crianças e suas experiências de infância.

O livro que tenho a honra de prefaciar se volta para muitas histórias que envolvem a dimensão da assistência, das memórias e práticas de oralidades nas comunidades de imigrantes, orientações católicas, debates jornalísticos, criação de instituições educativas para a primeira infância, casa do jornaleiro, enfim lugares e práticas diversas, nas quais, encontramos dimensões da infância na história da educação, conforme sugerido pelo título desta obra.

Um aspecto a destacar é a relação entre assistência, educação e infância. É recorrente perceber, na historiografia, uma dissociação entre estes campos de pesquisa e localizar estudos sobre história da assistência ou história da escolarização da infância sem pontas de diálogo ou ainda, não se reconhecendo imbricações entre estes fenômenos sociais. Neste livro, o leitor encontrará fragmentos de histórias que perpassam por estes dois campos, investigações que dialogam e apontam para a potencialidade dos nexos entre eles.

É também necessário reafirmar que os esforços que são empreendidos pelos pesquisadores em seus estudos individuais, depois partilhados em fóruns coletivos e associações científicas e, por fim, chega ao público mais amplo por meio da escrita em formato de livro, revela não só a devolutiva social do compromisso com a produção do conhecimento, mas a colaboração em fortalecer os espaços coletivos, de agremiação temática e profissional que sedimenta o campo que, sobre ele, estudamos e atuamos. A

história da infância e da juventude é fortalecida pelos investimentos feitos por meios das pesquisas divulgadas, mas nós - como pesquisadores e leitores - também nos alimentamos destas obras para entender melhor os fenômenos sociais e nos entendermos como sujeitos históricos.

Que os tempos estranhos atuais cedam lugar para novos desafios, perspectivas e sociabilidades e que os livros nos embalem e nos inspirem!

Gizele de Souza

## REFERÊNCIA

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. [Coleção História e Historiografia]

## SUMÁRIO

# INTRODUÇÃO

Este volume surgiu dos debates decorridos no XVII Encontro Regional de História da ANPUH Paraná, em novembro de 2020, no Simpósio Temático Infâncias, Adolescências e Juventudes: histórias e historiografia. O primeiro evento a acontecer de forma totalmente virtual e, por esse motivo muito aguardado por todos. É certo que ninguém imaginava como se desenvolveria na prática tal evento, mas para surpresa geral, foi um sucesso. Recebemos o maior número de inscritos em nosso Simpósio Temático desde sua criação em 2014, excedendo o número máximo de inscritos e com vários participantes de outros estados. A quantidade de trabalhos inscritos e apresentados foi significativa, maior que nas versões presenciais. Afinal, o modo a distância tem relevância, quanto a participação destes colegas dos outros estados. Registra-se neste momento em que publicamos essa coletânea, que aguardamos ansiosos a volta da normalidade e dos encontros presenciais, e que essa situação pandêmica possa cessar.

Em todos esses anos tentamos a partir dos trabalhos apresentados nos encontros estaduais reunir um grupo, cada vez maior de pesquisadores, com novos olhares e novas perspectivas para estudar a temática da infância e da juventude. Buscamos estudiosos atentos às novas perspectivas de análise sobre a temática.

> Se é verdade que a história só começa quando o historiador faz ao passado, em função de seu próprio presente, perguntas das quais os contemporâneos não poderiam ter a menor ideia, quem nos dirá – desde agora – qual inquietação, se esconde por trás dessa necessidade de acontecimentos, qual nervosismo implica essa tirania, qual acontecimento maior de nossa civilização exprime a colocação desse vasto sistema do acontecimento que constitui a atualidade? (NORA, 1988, p. 192)

Por esse motivo, é possível identificar que os textos reunidos neste volume abordam este aspecto da história, porque a partir da leitura de um autor que descreveu a história da pobreza em alguns países da Europa nos séculos da modernidade, Rafaela Paula pôde identificar os resquícios em seu discurso sobre a filantropia para a infância. Na leitura detalhada de periódicos dos séculos passados Eliane Mimesse e Letícia Marques restituíram as informações sobre as creches na cidade paulistana e as notícias sobre as práticas educativas de Jean Decroly na capital paranaense. Na verdade, o uso dos periódicos como fonte para pesquisa seria banal, mas o olhar das pesquisadoras alterou essa ação porque "tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, de transformar em 'documentos' determinados objetos distribuídos de outra forma", conforme citou Certeau (1988, p.30). O mesmo autor enfatizou ainda que os documentos que serão produzidos a partir da pesquisa poderão acabar alterando seu tempo, seu lugar e suas normas.

Para além dos periódicos as pesquisas fazem uso de outros documentos oficiais, mantidos em acervos governamentais, privados, religiosos, etc. É necessário buscar informações sobre legislações, ofícios, requerimentos, atas, anuários estatísticos, bulas, cartas, estatutos, relatórios, prontuários, entre outros. Mara Francieli recorre a modelos específicos de documentos eclesiásticos para identificar nuances da infância imigrante nas áreas coloniais próximas da capital paranaense; Nicolle Taner busca nos relatórios e prontuários institucionais indícios dos acontecimentos cotidianos que envolveram os

meninos órfãos que viviam em uma instituição profissional na cidade de Curitiba e, por esse motivo devemos atentar, ao processo de criação dos documentos.

> O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho (...) que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. (...) No limite não existe um documento verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (LE GOFF, 1994, p. 547)

O papel do historiador é cruel. É o inquisidor dos documentos que usa como fontes primárias, seus únicos companheiros de sua longa jornada na pesquisa. Mas, existe a possibilidade de usar outros artefatos que contribuam com sua pesquisa e amenizem o trabalho nos arquivos. Uma possibilidade é a aproximação com a história oral, os sujeitos envolvidos podem ser entrevistados, essas entrevistas serão gravadas e depois transcritas. O rigor do historiador, neste caso, será apenas na elaboração do roteiro para os sujeitos envolvidos, nos momentos de gravação e de transcrição. Certamente, o grupo a ser escolhido para o desenvolvimento com a pesquisa de história oral, também deve ser levado em conta. É exatamente neste contexto que Elaine Cátia trabalha sua pesquisa, com o Centro de Estudos Vênetos do Paraná. A partir das memórias dos adultos, a pesquisadora fez o resgate das ações e práticas desenvolvidas por essas pessoas quando eram crianças. A memória, como citou Le Goff (1994, p. 423) tem uma propriedade de "conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas".

Com este volume o Simpósio Temático Infâncias, Adolescências e Juventudes: história e historiografia no Paraná demonstra que têm envolvimento ativo de pesquisadores, a pretensão é colaborar com a difusão do conhecimento histórico sobre infância e juventude paranaense e brasileira.

## REFERÊNCIAS

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Suzana F. Borges. 3.ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1994.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História:** novos problemas. Trad. Theo Santiago. 3.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, p. 179 – 193.

# CAPÍTULO 1

# COM PIEDADE RUMO À FORCA: A FILANTROPIA E AS CRIANÇAS POBRES NA OBRA DE BRONISLAW GEREMEK

*Data de aceite: 19/04/2021*

*Data da submissão: 15/03/2021*

**Rafaela Paula da Silva**
Universidade Federal do Paraná
Curitiba – Paraná
http://lattes.cnpq.br/7032487113560146

**RESUMO:** Este capítulo objetiva discutir como a infância e o trabalho em instituições de isolamento da Europa durante a modernidade (1453-1789) se relacionam a caridade, a filantropia e a educação na obra "A Piedade e a Forca: História da Miséria e da Caridade na Europa" (1995) de Bronislaw Geremek. A tese central é que embora Geremek não tenha se dedicado especificamente a discutir a situação da infância pobre, ele oferece em seu texto subsídios para identificar o papel social e as funções exercidas pelas crianças neste contexto, na medida em que, discute o pauperismo de maneira ampla. A proposta se ampara especificamente nos exemplos da França, Inglaterra e Itália apresentados pelo autor e os relaciona as ideias de outros pesquisadores sobre a História da Infância na Europa e a filantropia. Assim, o isolamento de crianças em casas de trabalho e hospitais associado ou não ao trabalho compulsório permite problematizar aspectos da caridade, beneficência e da filantropia.

**PALAVRAS-CHAVE:** história da infância, trabalho, isolamento compulsório, filantropia.

## WITH MERCY TOWARDS THE GALLOWS: PHILANTHROPY AND POOR CHILDREN IN BRONISLAW GEREMEK'S WORK

**ABSTRACT:** This text discusses how childhood poverty and compulsory labor in European isolation institutions during the Modern Age (1453-1789) have related to the notions of charity, beneficence and philanthropy in Bronislaw Geremek's "The mercy and the gallows: History of poverty and charity in Europe" (1995). The main thesis is that even though the author hasn't dedicated himself to specifically discuss the situation of poor children, he offered, in his book, tools to identify their place in society and the functions performed by them in this and in different contexts. As far as it talks about impoverishment in a wide manner, it also ponders on the control and social assistance processes, associated with poor people's freedom restraint. This analytical proposal supports itself specifically on France, England and Italy examples presented by the author and relates them to other researchers' ideas on both History of childhood in Europe and philanthropy. Therefore, the isolation of children in workhouses and hospital institutions related or not to compulsory labor is a bias that allows discussing charity, beneficence and philanthropy aspects.

**KEYWORDS:** History of childhood, compulsory isolation, labor, philanthropy

## 1 I INTRODUÇÃO

A princípio parece uma ideia contraditória que a piedade sendo um sentimento bom e cristão leve à forca, uma forma de execução dolorosa e medieval. Esta lógica aparentemente paradoxal e complexa constitui o argumento central da obra **A Piedade e a Forca:** História da Miséria e da Caridade na Europa escrita por Bronislaw Geremek. Publicada originalmente em

francês e italiano (1986), depois em castelhano (1989) e, em português lusitano (1995).

O livro é um longo ensaio sobre o pauperismo na Europa durante a Idade Média (séculos V ao XV) e a Idade Moderna (séculos XV ao XVIII). A tese do autor é que as mudanças ocorridas entre a Idade Média tardia e a modernidade teriam definido as bases de como o continente lidou ao longo do tempo com a pobreza, a assistência social e a filantropia. Porque para ele existem conjunturas de longa duração que se atualizam e compõem a mentalidade coletiva.

O livro é estruturado em cinco capítulos: o primeiro trata da utilidade dos pobres na Idade Média, o segundo discute a pobreza na modernidade, o terceiro relata as reformas da beneficência, o quarto narra processos de enclausuramento dos pobres na modernidade e o último é sobre a miséria no mundo contemporâneo e o movimento filantrópico.

As três primeiras partes do texto são consideravelmente maiores que as duas últimas, isso se deve aos temas de Bronislaw Geremek, porque ao longo de toda sua formação e atuação profissional ele pesquisou a Idade Média e os grupos marginais. Portanto, ainda que o livro possua uma abordagem ensaística mais ampla, seus principais subsídios pertencem a este período.

O autor era judeu, intelectual engajado, comunista e posteriormente transformou-se em liberal e pesquisador medievalista interessado nos grupos marginalizados. Ele nasceu em Varsóvia em 1932, era filho de um rabino morto em Auschwitz, passou sua infância no gueto de Varsóvia de onde fugiu com a mãe em 1943. Seu padrasto que o educou era agricultor e católico. Geremek formou-se em História na Universidade de Varsóvia, fez o doutorado e passou a ensinar na Academia das Ciências. Estudou em Paris com bolsas francesas, foi discípulo de Fernand Braudel e amigo de Georges Duby e Jacques Le Goff. (FERNANDES, 2008)

Defendeu em 1972 uma segunda tese intitulada: **Marginais parisienses nos séculos XIV e XV.** Seguiram-se os seguintes textos, **Inúteis no mundo:** Vagabundos e marginais na Europa nos séculos XIV e XV; **A Piedade e a Forca:** História da Miséria e da Caridade na Europa e **Os Filhos de Caim:** Imagens dos pobres e dos vagabundos na literatura dos séculos XV ao XVII. Em 1993 ele ocupou uma cadeira no Collège de France e mais tarde foi eleito para várias academias. Morreu num acidente de carro em 2008 com 76 anos, enquanto dirigia sua Mercedes por uma estrada polonesa rumo a Bruxelas. (FERNANDES, 2008)

Portanto, como afirmou Sabater (2017) em sua resenha conhecer toda a trajetória pessoal, intelectual e política de Geremek ajuda a compreender as influências múltiplas de sua abordagem historiográfica heterodoxa. Com referenciais marxistas e influências dos Annales, sua produção possui uma dimensão socioeconômica, mas também social e que considera as mentalidades:

> Tudo isso nos ajuda a entender o enfoque historiográfico de Geremek, que parte do marxismo, mas fazendo uma releitura própria e heterodoxa que permite a ele confrontar realidades sociais e imagens mentais. Estudar a pobreza implica para Geremek conhecer não só sua dimensão socioeconômica, senão também o olhar da sociedade. (SABATER, 2017, p. 178, tradução nossa)

## 2 I A CARIDADE, A BENEFICÊNCIA E A FILANTROPIA

A reflexão de Geremek (1995) trata inicialmente da caridade cristã na Idade Média, mais tarde substituída pelas políticas sociais e pela beneficência moderna e, depois pela filantropia. Talvez a versão mais desenvolvida desse processo que o autor tenta rastrear seja a filantropia e o movimento filantrópico presentes no último capítulo. Mas, também existem inúmeras vínculos entre estas três noções, para Sgarbossa (2015, p. 10) a filantropia se funda na ideia da beneficência individual e privada, constituída por instituições de auxílio aos necessitados. Mesmo tendo uma orientação laica ainda associa miséria e crime.

A palavra filantropia vem do grego *philos*, amigo e *anthropós*, homem ou humanidade e nos textos do Corpus Hippocraticum da Escola de Cos descreve duas formas de moral: a ética e a etiqueta, a "ética da filantropia" era centrada no amor a humanidade, no benefício do enfermo e exigia a prática de virtudes humanitárias como compaixão, respeito, honestidade. (DRUMOND, 2010, p.120)

Os três conceitos para Geremek (1995) têm um vínculo lógico, porque se referem as formas historicamente desenvolvidas de auxílios aos pobres. De modo que, a caridade, a beneficência e a filantropia são formatações conceituais complexas deste auxílio com um viés discursivo e outro prático. A caridade, segundo ele partia do pressuposto que a pobreza tinha um papel dentro da religião e ajudar aos necessitados era importante. No caso da beneficência a preocupação maior era a ordenação e o controle social, associados as políticas sociais que eram em geral coercitivas. Como os internamentos compulsórios e o trabalho forçado nas instituições de internamento, fossem elas hospitais ou casas de trabalho.

Nos últimos séculos com a filantropia houve o esvaziamento da ideologia religiosa somado a compaixão pelos pobres, reavivada a partir do século XVIII com as ideias do iluminismo que entendia a pobreza parte como resultado da ignorância dos pobres e parte falta de solidariedade dos ricos.

> É sobretudo através da criação de escolas para crianças pobres que se realiza o ideal filantrópico. A instrução pública como forma de acção social fora preconizada pelos pensadores do Renascimento e posta em prática tanto na Genebra de Calvino como na Veneza -- embora tenham sido os protestantes a desenvolvê-la de forma mais consequente e eficaz. O *Philanthropinum* de Dessau, escola modelo fundada e dirigida por J. B. Basedow nos anos 1774-1785, é um exemplo de realização princípio de amor a humanidade, o mesmo é dizer da filantropia. O movimento filantrópico escora-se na beneficência individual; a fundação de escola e outras formas de ajuda aos pobres devem partir dos particulares: este princípio constitui como que a base ideológica da filantropia – actividade que se pretende inspirada por motivações mais elevadas do que as que movem a assistência pública – sobre a qual se visa lançar sólidos alicerces de coexistência social. Sendo a miséria considerada o fruto de uma vida desregrada, a educação parece ser o melhor meio de aprendizagem da obediência, do hábito do trabalho e do respeito das leis. (GEREMEK, 1995, p. 279-280)

De qualquer forma, como demonstra Geremek no trecho acima a filantropia mesmo defendendo um ideal filosófico elevado continua tentando ordenar e educar os pobres para

uma vida de trabalho e respeito as leis. Então, no final das contas o trabalho é central para a caridade, a beneficência e a filantropia mesmo que estas concepções sejam distintas em muitos aspectos. Sandra Caponi (2000) segue este mesmo raciocínio em sua obra sobre compaixão e solidariedade na prática médica, na qual relaciona as instituições de isolamento e as ações de assistência:

> Talvez seja por isso que essas estratégias mudas e coercivas que se exercem sobre os corpos (pensemos na medicalização e hospitalização dos 'loucos' ou dependentes) insistem em apresentar-se como formas compassivas e piedosas de socorro e assistência. Se, tal como propusemos no início, desconsiderarmos a existência de uma estratégia maquiavélica, que se apresenta como compassiva para poder exercer mais livremente seu poder; constataremos que existe uma solidariedade não enunciada entre a dogma própria da compaixão piedosa e essa racionalidade utilitarista, estruturada segundo parâmetros de urgência social e de bem-estar geral, que está por trás das mais diversas instituições de controle social. (CAPONI, 2000, p. 41)

A autora utiliza os conceitos de assistência e piedade para explicar porque as ações de assistência não visam efetivamente mudar a realidade ou eliminar o pauperismo, mas sim oferecer auxílio. Para que essa assistência alcançasse sua plenitude o adulto capaz e não produtivo era transformado, por meio das patologias, em um sujeito desprovido de direitos elementares e infantilizado, que deixa de ser responsável pelas suas atitudes ao mesmo tempo em que perdia sua liberdade. Para ela a lógica da compaixão possibilita a manutenção desigualdade e justifica os mecanismos de controle social. (CAPONI, 2000, p. 38-39)

## 3 | A POBREZA E O TRABALHO

A definição de pobreza ou pauperismo é essencial para compreender as considerações e análises de **A piedade e a forca**. Porque os pobres eram aqueles que possuíam apenas condições para sua subsistência física, porém por qualquer motivo como a perda do trabalho, colheitas ruins ou a morte de um dos membros da família deixavam de conseguir sustentar-se.

Então, se tornavam miseráveis, por vezes sem renda e moradia fixas, dependo da caridade da Igreja e dos nobres que, depois das políticas socias eram sujeitos ao enclausuramento perpetrado pelas municipalidades ou precisando das ações de benemerência e de filantropia. Essas ações para Sgarbossa (2015) são tentativas de "gestão da miséria", respostas sociais diversas constituídas em diferentes contextos para o problema.

> O problema social da pobreza e da miséria já se encontra presente na Antiguidade e na Idade Média, embora imbuído de traços próprios e de peculiaridades históricas únicas, não constituindo, portanto, uma exclusividade da modernidade.
>
> Acredita-se que dito problema social reclama uma forma de gestão, seja ela dada pela organização política – Estado ou outra forma de organização política

> preexistente –, pela Igreja ou pela sociedade. Diversas foram, historicamente, as tentativas de resposta ao dito problema. (SGARBOSSA, 2015, p.4)

Na Idade média a caridade era uma forma de controle do pauperismo e ao mesmo tempo manutenção da estrutura social. Se dava, principalmente, por meio da distribuição de esmolas por parte da Igreja e dos nobres abastados. Havia segundo Geremek (1995, p.26-27) um tipo de "contrato social", porque o doador exercia sua caridade cristã para que seus pecados fossem perdoados e o receptor devia orar pelo seu bem. As doações eram feitas diretamente em ofertas espontâneas e indiretamente através da Igreja, com rituais de distribuição e calendários específicos, o que geralmente levava os beneficiados a migrarem de acordo com as distribuições de esmolas.

Na época existia uma preocupação com o merecimento dos mendicantes, que valorizaria mais a doação diante de Deus. A primeira divisão era entre válidos e inválidos para o trabalho, inclusive existiam também os intermediários, nos casos difíceis de determinar a capacidade da pessoa analisada. Essas separações eram comuns para definir se alguém devia ter ou não direito a pedir esmola. Mas além disso, os doadores privilegiavam os "pobres envergonhados", membros da nobreza empobrecida e também os pobres mais próximos, moradores da mesma cidade e conhecidos.

O direito a esmolar se dava através da distribuição de insígnias e dos levantamentos nominais, que serviam também para registrar quais pessoas já haviam recebido esmolas quando e onde. Era esperado que a pessoa tivesse alguma característica externa que determinasse isso, como a idade tenra ou avançada, uma deficiência física aparente ou no caso das mulheres filhos muito pequenos que as impedissem de trabalhar, porque:

> O dever das massas é trabalhar: o trabalho enquanto valor em si é colocado ora num degrau altíssimo, ora muito baixo na axiologia cristã ao longo dos séculos, mas nunca perde o carácter de uma obrigação imposta por Deus, a que o homem deve sujeitar-se no quadro do sistema social vigente. A pobreza que a ética social do cristianismo procura valorizar, apresentando a humildade como uma via para o ideal da vida cristã, é pois investida de diferentes funções consoante o destinatário da doutrina. A mensagem cristã junto das massas laboriosas consiste em convencê-las a aceitar humildemente o seu estatuto: no caso, abandonar o lugar que lhes imponde na vida social, ou seja, renunciar ao trabalho não seria um acto humildade, mas antes um gesto de orgulho. (GEREMEK, 1995, p. 30)

As categorias para as pessoas pobres elencadas na análise de Geremek (1995) sobre o pauperismo na Europa da Idade Média e Moderna em alguns casos foram extraídas das fontes primárias, como os documentos de recenciamento feitos pela Igreja ou por diferentes municipalidades, listas, tratados, ensaios e testemunhos escritos da época. E, em outros foram discutidas a partir de pesquisas sobre o trabalho, o consumo, a pobreza na Europa, etc.

Nesse sentindo o autor considera que em regiões rurais a pobreza medieval se diluía e se equilibrava porque os laços comunais permitiam que as pessoas se ajudassem e o cultivo possibilitava a manutenção do mínimo vital para alimentação. Estes aspectos podem também ser interpretados com base nas reflexões de Erix Wolf (1976) porque ele relaciona diversos fatores que compõem o sustento do campesinato. Demonstrando a

importância da unidade familiar camponesa e sua relação com os recursos naturais e a produção de alimentos para subsistência:

> Os membros permanentes têm de ser alimentados, alojados, vestidos e assistidos em outras necessidades num período de tempo prolongado. Em conseqüência, as exigências técnicas da economia doméstica requerem sua presença, ao mesmo tempo que devem ser suficientemente produtivas para permitir isso. Essa condição é mais provável onde o grupo doméstico controla a maioria ou mesmo todos os recursos naturais e habilidades requeridas para sua manutenção, e onde todos ou a maioria desses recursos são extraídos e elaborados dentro da unidade. (WOLF, 1976, p. 94-95)

Com a escassez do solo e as migrações para o ambiente urbano a pobreza se tornou mais latente, porque os trabalhadores precisavam comprar todos os alimentos, vestimentas, custear a moradia. Esse processo descrito por Geremek (1995, p. 115-125) se intensificou ao longo da Idade Moderna, porque os trabalhadores continuavam afluindo para as cidades em busca de trabalho, mas vivendo em regiões marginais, com moradias precárias e salários baixos. O aumento no número de trabalhadores levou ao desemprego, a mendicância, a violência e a comportamentos desviantes, como furtos, ações violentas e prostituição. De modo que, as políticas sociais e de beneficência eram principalmente para proteger a sociedade e depois pela inserção social das pessoas pobres.

Durante a Idade Moderna as pessoas que não possuíam empregos eram detidas nas casas de trabalho e hospitais de isolamento, como o Hospital Geral da França. Em ambos precisavam trabalhar, mas eram divididas em grupo, homens que eram direcionados para as construções e tarefas consideradas mais pesadas, enquanto mulheres, crianças e idosos executavam atividades consideradas mais leves como tecer, fiar, fazer botões.

O sistema das casas de trabalho, por sua vez, foi implementado por Estados europeus como a Itália, a Inglaterra e a França, embora mantendo as especificidades locais. Estas casas funcionavam com o sistema de acolhimento (compulsório ou não), coerção e trabalho. A primeira legislação de um governo europeu voltada para enfrentamento da pobreza foram as “leis dos pobres” inglesas. A primeira lei chamada “Statute” de 1601 definia três categorias de indigência; os válidos, os inválidos e as crianças. A separação entre os adultos (válidos e inválidos) e as crianças nesta categorização, pode ser interpretada como evidência do reconhecimento da natureza distinta da infância, mesmo que não especificassem ainda se serviam ou não para o trabalho. (ROSANVALLON, 1981, p. 143 apud SGARBOSSA, 2015, p.8)

A lei tomava como foco para suas ações as paróquias, ou seja, o direito a auxílio aos moradores de seu entorno. De modo que, as crianças e os inválidos recebiam auxílio financeiro, enquanto os válidos recebiam trabalho em domicílio ou nas “workhouses”. Caso, a pessoa se recusasse a trabalhar; era presa. O direito ao auxílio era para os inválidos e as crianças e o dever do trabalho para os adultos válidos. Essa separação se manteve até 1782, quando a lei “Gilbert’s Act” permitiu que em certas circunstâncias a ampliação do valor concedido também aos válidos e, referendou oficialmente que as crianças e idosos fossem acolhidos nas “workhouses”. O que incluiu as crianças no grupo dos trabalhadores válidos.

Somente em 1795 o “Speenhamland Parliament Act” estabeleceu uma renda mínima para os trabalhadores orientando-se de acordo com o preço do trigo e a quantidade média de consumo, somado ao número de filhos. Então a municipalidade pagava um auxílio complementar aos trabalhadores que não alcançassem a renda mínima. O objetivo do apoio financeiro era evitar as consequências desviantes da miséria, por exemplo, o roubo, a prostituição, entre outros crimes. (HOLCMAN, 1997, p. 16 apud SGARBOSSA, 2015, p.8)

A Revolução Industrial e o modo de produção capitalista foram os responsáveis pela revogação destas leis. Assim, em 1834 a “Poor Law Amendment Act” fez com que os critérios para os auxílios se tornassem mais seletivos, trouxe privações aos albergados nestas casas de trabalho, a remoção dos direitos políticos e a estigmatização daqueles amparados pela legislação. (HOLCMAN, 1997, p. 16 apud SGARBOSSA, 2015, p. 9-10)

Com a ampliação das fábricas nos séculos XVIII e XIX, para Geremek a pobreza foi associada a condição operária, situação que só mudaria com o desenvolvimento capitalista de fins do século XIX e início do XX. Ainda assim persistiria na mentalidade coletiva a ideia do “(...) trabalho como dever dos pobres e fundamento do seu estatuto”. Assim criar postos de trabalho era uma forma de assistência social e meio para combater a decadência moral. O que mesmo após a modernidade se expressou na retomada da assistência social como meio de “repressão/educação”. (GEREMEK, 1995, p. 276)

## 4 | A INFÂNCIA E AS CRIANÇAS POBRES

As crianças pobres na obra de Geremek (1995) sempre aparecem subordinadas as condições sociais, econômicas e a outras categorias ou grupos, por exemplo, a criança poderia ser parte de uma família pobre ou órfã, capaz ou incapaz de trabalhar dependendo de sua idade e condição física. Além disso, seu gênero era determinante para o tipo de função que poderia exercer e a forma de auxílio e tratamento que a criança receberia. Poderia mendigar e/ou trabalhar, mas faria isso de acordo com os aspectos indicados.

Então o ponto de partida é a criança pobre e para ela o trabalho era uma parte comum do cotidiano, fosse para ajudar na subsistência de sua família ou tentar suprir o próprio sustento. O autor neste livro não se dedica a discutir profundamente os comportamentos desviantes como o furto, a prostituição e as ações violentas. No entanto, cita algumas vezes as prostitutas e a preocupação das municipalidades europeias com a violência causada pelo pauperismo.

É possível supor de acordo com isso, que as crianças pobres poderiam ter e muitas vezes de fato tinham comportamentos desviantes entre e com os adultos, mesmo que isso não tenha sido claramente delimitado. Por exemplo, o autor citou algumas vezes prostitutas recolhidas em casas de trabalho e hospitais sem determinar suas idades e entre as primeiras políticas sociais de benemerência para meninas estavam: conseguir um lugar para que realizassem o serviço doméstico e a garantia de um dote de casamento.

Políticas mais voltadas para inserção no universo feminino adulto que no infantil. Para os meninos a preocupação das primeiras políticas sociais era o aprendizado de um ofício e um lugar para trabalhar. Ou seja, havia um recorte de gênero na forma como as políticas públicas de benemerência operavam com as crianças.

Conforme, aponta Tucker (1982, p. 255-261) o status social da criança era semelhante ao das mulheres e idosos. Apesar de, em alguns aspectos ser considerada de forma neutra e associada ao menino Jesus por sua inocência e perfeição. Ainda que, certas atividades lhes fossem vetadas por sua inaptidão e inexperiência, a infância não estava tão claramente demarcada como atualmente. As crianças geralmente eram vistas como seres assexuais. Porém graças ao desenvolvimento do capitalismo na modernidade e a ampliação do modelo de vida burguês passaram a receber mais cuidados e ser encaradas de maneira diferente.

Em casas de trabalho e hospitais dependendo de sua idade, gênero e condição física a criança seria colocada no grupo das mulheres e idosos ou no grupo dos homens. Geralmente as crianças, mulheres e idosos realizavam atividades que exigiam menos força física. Enquanto os homens adultos eram direcionados para trabalhos mais penosos e fisicamente exigentes como trabalho em construções e em fábricas de cerveja.

Manuel Menezes (2014, p. 302) ao discutir o grande enclausuramento no Hospital Geral de Paris no século XVII, mostrou como acontecia a divisão das crianças entre os diferentes estabelecimentos que o compunham. Na “Maison de la Pittié” funcionavam as partes administrativa e de armazenamento, essa unidade era responsável também pela triagem dos futuros internos e lá permaneciam as crianças dos quatro aos doze anos. Depois destas idades as crianças, de acordo com o gênero eram direcionadas para “Bicêtre” com os homens ou para “Salpêtrière” com as mulheres. Além disso, as crianças de ambos os sexos e os órfãos podiam ainda ser enviadas para o “Hôpital du Saint-Espirit”.

Com o tempo, segundo Menezes (2014 p. 307-308) o hospital restringiu seu público, então passou a aceitar meninas com até treze anos, rapazes com até 15 anos, mães grávidas e/ou com muitos filhos sem condições de sustento, idosos. Tendendo aos poucos a servir mais como hospital, orfanato e asilo do que como espaço voltado para o trabalho e a reeducação social.

Geremek (1995, p. 252-253) aponta que em Bridewell no ano 1602 dos 37 indivíduos registrados apenas um tinha mais de 21 anos. Além disso, o autor indica a repetição dos períodos de internamento e cita uma criança de 12 anos que já havia passado pela instituição inúmeras vezes. À medida que, se discute o tratamento e o cuidado adequado as crianças nos séculos XVII, XVIII e XIX a condição econômica faz toda diferença. Enquanto a infância burguesa se constitui amparada na educação formal e na família, a infância pobre com ou sem família se passa entre casas de trabalho, fábricas têxteis, hospitais, orfanatos e várias formas de trabalho informais.
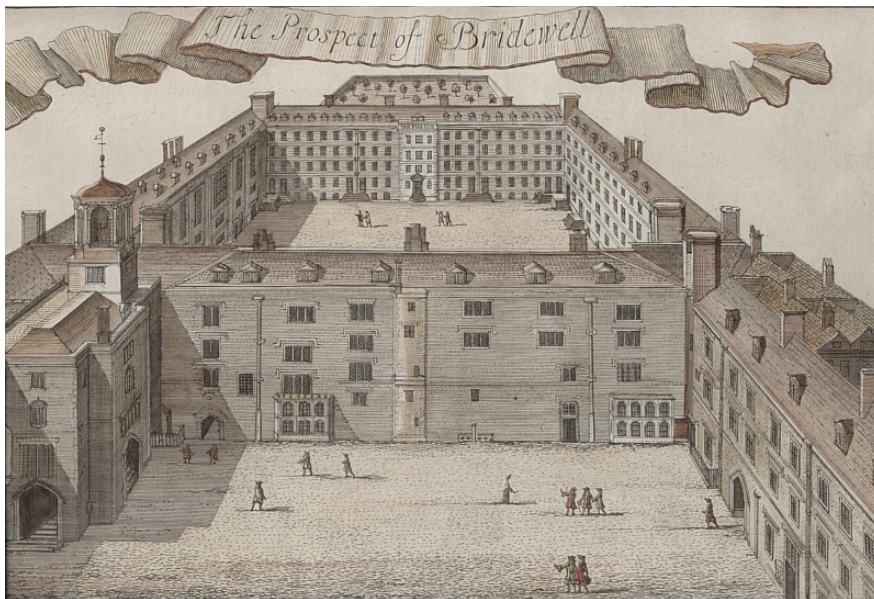
Figura 1- O projeto de Bridewell Fonte: STRYPE'S, John. **The Prospect of Bridewell.** Londres, 1720. 1f. Projeto arquitetônico. Disponível em: https://www.londonlives.org/static/Bridewell.jsp.

Essa aproximação entre mulheres e crianças é corroborada por Marwick (1982, p.288) ao afirmar que a vida da criança francesa até os sete anos aproximadamente era a vida da mulher francesa, porque estava próxima aos cuidados maternos. Assim, cada mudança física como o nascimento dos dentes de leite e cada etapa do crescimento demarcavam para os franceses partes do desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, os homens tinham uma posição preponderante na sociedade em relação as mulheres, idosos e crianças que tinham uma posição secundária explicitada inclusive na estruturação familiar como demonstram Moura e Araújo (2004):

> A constituição da família, portanto, diferia muito, até o século XVIII, das formas de organização encontradas posteriormente e que se tornaram predominantes no período moderno, caracterizadas por sentimentos de ternura e intimidade ligando pais e filhos ou pela valorização da criança. Se o homem ocupava então o lugar central da família, a condição da esposa equiparava-se à da criança, ou seja, era de submissão a sua autoridade. O casamento realizado por contrato, segundo as necessidades econômicas e as alianças políticas das famílias, inibia qualquer expressão de afetividade entre os cônjuges, sendo o amor conjugal considerado desnecessário a um bom casamento. Nesse contexto, a posição ocupada pela criança também diferia daquela experimentada posteriormente. (MOURA; ARAÚJO, 2004, p.45)

Podemos associar esta discussão a proposta interpretativa de Ariès (1986), ou seja, considerar que as mudanças ocorridas na modernidade, em especial com a formação da família burguesa fizeram com que a criança passasse a ser mais valorizada e tratada de forma diferente. Em especial no que se refere a este deslocamento da autoridade paterna para o amor materno. Tendo além disso, os processos de escolarização e a igualdade de

acesso a herança afetado essa percepção também. Porque na Idade Média geralmente apenas o primogênito do sexo masculino herdava os bens.

De certa forma, como discute Martins (2015) a valorização da maternidade e da figura feminina permitiram que as mulheres pertencentes as classes mais abastadas, pudessem desenvolver outras atividades fora do âmbito doméstico como a filantropia. Mesmo que essa não fosse uma proposta exclusivamente feminina, sua participação passava pela construção da virtude feminina e da bondade na modernidade. Como parte do exercício de seus os papéis sociais de mãe e esposa.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a infância e as crianças pobres como temas específicos para discutir na obra de Geremek possibilitam um olhar mais aprofundando dentro das conjunturas discutidas pelo autor, passando do recorte macro ao micro temático. Essa abordagem se pautou no paradigma indiciário proposto por Ginzbug (1989), ou seja, numa interpretação de dados secundários e residuais como meio para construir uma análise singular de um determinado anteriormente marginalizado.

Contrapondo suas considerações a análises e informações de outras referências, por um lado percebe-se que existiam nas épocas pesquisadas uma noção de infância, a consciência das diferentes etapas do desenvolvimento infantil e uma relação de alteridade e diferenciação entre homens, mulheres, crianças e idosos. Mas por outro, que para as crianças pobres essa diferenciação era mais difusa, uma vez que o critério mais importante para sua inserção social era a capacidade de trabalhar, conforme eram capazes de fazê-lo eram gradualmente inseridas no mundo adulto, muito mais rápido do que as crianças ricas que passavam antes por processos educacionais.

Conforme o auxílio aos mais pobres se desenvolveu e passou da caridade a beneficência e, então a filantropia a separação entre crianças e adultos pobres se tornou cada vez mais clara e relevante. Porque a criança passou a ser foco de interesse de políticas sociais específicas inicialmente para alfabetização, aprendizado de ofícios e para trabalho doméstico e posteriormente para educação formal e pública.

O cerne destas políticas era que as crianças com a formação adequada se tornariam bons trabalhadores e evitariam comportamentos desviantes e/ou violentos e perigosos para a sociedade como um todo. Assim, o binômio piedade e forca se constitui na obra de Geremek, porque em sua interpretação o auxílio serve primeiro a sociedade por meio da ordenação, controle e coerção e depois para aqueles que o recebem.

## REFERÊNCIAS


ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

CAPONI, Sandra. **Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/dg2mj/pdf/caponi-9788575415153.pdf>. Acesso em 16 set. 2020.

DRUMOND, José G. de F. Ética y calidad en salud. Filotecnia versus filantropía. **Acta Bioethica**, Chile, n.16, p.119-123, dez. 2010. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1726-569X2010 000200003&lng=n&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 set. 2020.

FERNANDES, José A. 1932-2008 Bronislaw Geremek – Um Europeu para a Europa. **Medievalista,** Lisboa, n. 5, p. 1-4, dez. 2008. Disponível em: < http://www2 .fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>. Acesso em: 16 set. 2020.

GEREMEK, Bronislaw. **A Piedade e a forca: história da miséria e da caridade na Europa.** Tradução de Maria de Assunção Santos. Lisboa: Terramar, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** Traduzido de: CAROTTI, Frederico. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MARTINS, Ana P. V. A feminilização da filantropia. **Gênero**, Niterói, v.15, n. 2, p. 13-28, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ revista genero/article/view/31210>. Acesso em: 16 set. 2020.

MARWICK, Elizabeth W. Naturaleza y educacion: Pautas y tendências de la crianza de los niños em la Francia del siglo XVII. In: De MAUSE, Lloyd. **Historia de la infancia.** Madrid: Alianza, 1982.

MENEZES, Manuel. Movimento de enclausuramento: o Hospital Geral como dispositivo para a esconjuração e o confinamento dos riscos sociais. **Gestão e Desenvolvimento**, Rio Grande do Sul, n. 22, p. 291-312, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22945/1/14ManuelMenezes%202 291-312.pdf>. Acesso em: 16 set. 20.

MOURA, Solange M. S. R de; ARAÚJO, Maria de F. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia, Ciência e Profissão,** Brasília, n. 24, p. 44-55, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo. php?script=sci_arttext&pid= S1414-98932004000100006>. Acesso em: 16 set. 2020.

TUCKER, M. J. El niño como principio y fin: la infância en la Inglaterra de los Siglos XV e XVI. In: De MAUSE, Lloyd. **Historia de la infancia.** Madrid: Alianza, 1982.

SABATER, Jordi. La piedad y la horca. Educació social. **Revista d'intervenció socioeducativa**, Barcelona, n. 65, p. 177-178, 2017. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/EducacioSocial/article/view/324034>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SGARBOSSA, Luis F. Inúteis ao mundo: o pauperismo, os indivíduos sobrenumerários e a gestão da miséria até o século XIX. **Semina:** Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 36, n. 2, p. 3-16, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/20164>. Acesso em: 16 set. 20.

STRYPE'S, John. **The Prospect of Bridewell.** Londres, 1720. 1f. Projeto arquitetônico. Disponível em: <https://www.londonlives.org/static/Bridewell.jsp >. Acesso em: 22 fev. 2021.

WOLF, Eric R**. Sociedades Camponesas.** Trad. Oswaldo C. C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

# CAPÍTULO 2

# CRIAÇÃO DE CRÈCHES PARA FILHOS DE MÃES TRABALHADORAS

*Data de aceite: 19/04/2021*

*Data da submissão: 15/03/2021*

**Eliane Mimesse**
Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Paraná
http://lattes.cnpq.br/6813436323000287

**RESUMO:** A criação das creches na cidade de São Paulo foi motivo de debates na imprensa. Objetiva-se explicar o surgimento das creches, como alternativa para abrigar as crianças muito pequenas, filhas de mães operárias. A passagem dos séculos XIX ao XX trouxe alterações populacionais, econômicas e políticas para a urbe. A fundamentação teórica baseia-se em Moura (1998) por apresentar o desenvolvimento da cidade e os vários povos que à ela recorreram, Cruz (2013) por evocar a cidade em seu progresso urbano e Prado (2020) por estudar as instituições de assistência, entre outros. As mães das classes mais baixas tinham necessidade de trabalhar. A mortalidade infantil apresentava taxas altas, melhores cuidados teriam como consequências maiores chances de sobrevivência. Foram fontes para essa pesquisa: periódicos *O Commercio de São Paulo, O Estado de S. Paulo, Correio Paulistano;* a legislação e documentos diversos. Muitas reformas legislativas foram implantadas afim de seguir princípios da higiene e da ordem urbana. Concluiu-se que, os debates na imprensa sobre a criação das creches, colaboraram para elucidar a população sobre sua difusão.

**PALAVRAS-CHAVE**: Creches; Infância; História da Educação.

## CREATION OF KINDGARDEN TO SONS OF WORKERS MOTHERS

**ABSTRACT:** The creation of kindergarten in São Paulo, started controversy. Their creation was to, solve problems, that the mothers could have with their sons. The passage of the centuries 19th and 20th, brought changes on the society, economy and policy. The theoretical foundation is based on Moura (1998) for present the development of São Paulo and the divers ethnic groups leave a mark on the city, Cruz (2013) for evoke the city on they urban progress and Prado (2020) for study the institutions of assistence and others. The mothers of low class, seek for kindergarten as a kind of shelter. The children mortality at the time had high rates, the existed of kindergarten bring more chances to the children survive. A lot legislative reforms were applied in order to follow better principies of hygiene and public order. Sources to this research were: periodicals *O Commercio de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio Paulistano*; the legislation and divers documents. Concludes that the debates bring by the press, could help change the popular idea of the purpose concerning kindergarten.

**KEYWORDS**: Kindergarten; Childhood; History Education.

## 1 | INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo ao longo dos anos, atraiu moradores pelos mais variados motivos. Algumas dessas pessoas por não poderem mais viver em terras exauridas, outras por fugirem de algum tipo de peste ou por questões políticas dirigiram-se para a cidade em busca de trabalho. Em meados do século XVIII a vila colonial começou a ampliar sua população, as pessoas

chegavam da região dos antigos garimpos, quando “(...) os rendimentos foram minguando com o gradual desaparecimento do ouro de aluvião. Essa ‘invasão’ de São Paulo pelas famílias que desciam os rios Moji-Mirim, Sapucaí, Pardo e Grande ou que atravessavam a garganta do Embaú ou subiam o Paraíba” como citou Moura (1998, p. 7) de modo a localizar a procedência das pessoas que se deslocaram para a cidade. Eram os antigos garimpeiros, que antes trabalhavam nos leitos dos rios ou que viviam em seus entornos. No ano de 1792, no governo de Bernardo José de Lorena, ocorreu a inauguração do calçamento com pedras, de um trecho da Serra do Mar ligando o litoral ao planalto, era uma “via pavimentada (*local pelo qual*) as tropas desciam e subiam com segurança, levando açúcar para o porto e trazendo, serra acima coisas do litoral, do Rio e, sobretudo, de outros mundos, via Portugal”, Moura (1998, p. 7) descreveu essa passagem e demonstrou como o calçamento deste acesso, entre o porto e a cidade ampliou a comunicação e o fluxo de moradores.

A abolição da escravidão também foi motivo para ampliação da população urbana. Muitos fazendeiros, antigos proprietários de escravos ficaram sem seus escravos e precisaram reorganizar sua vida cotidiana, muitos deles rumaram para a cidade com suas famílias, para assimilarem o momento político e entenderem como deveriam agir perante a nova situação econômica. Reuniões com grupos de ex-proprietários de escravos foram marcadas para debaterem a nova situação política do país. Muitos favoráveis a abolição e muitos outros contrários, exigindo indenização do governo imperial. Não só os antigos proprietários mudaram-se para as cidades, como também a população de homens e mulheres livres, que estavam em busca de trabalho. As cidades concentravam várias atividades econômicas fabris que demandavam mão de obra variada.

Por volta de 1889 a cidade de Campinas foi atingida por um surto de febre amarela. Essa epidemia não havia, até então, ultrapassado os limites dos portos marítimos, como descreveu Moura (1998, p. 217) “(...) foi a cidade repentinamente evacuada por todo mundo que pôde, e sem medir sacrifícios de qualquer espécie. Famílias inteiras, comerciantes, industriais, fazendeiros, sitiantes etc. trataram de abandonar suas confortáveis moradias.” Um grande grupo de pessoas chegou à cidade de São Paulo, em busca de locais para hospedarem-se, o centro tornou-se repleto de estranhos. Era necessária a construção de novos edifícios para abrigar os visitantes, porque os que existiam não eram suficientes para recebê-los.

A expansão demográfica ocorreu aos poucos, mas sem a devida estrutura física, causando entraves no cotidiano. As chácaras que existiam nas redondezas da área central foram tornando-se loteamentos e urbanizando-se. Cruz (2013, p. 45) indicou as chácaras que estavam próximas do centro “a Chácara das Palmeiras transformou-se no bairro de Santa Cecília; a do Carvalho, na Barra Funda e no Bom Retiro; a do Campo Redondo, nos Campos Elíseos; a do Bexiga, na Bela Vista.”

Ainda no século XIX persistia um discurso de que a cidade traria riquezas a quem viesse nela se estabelecer. O mesmo discurso divulgado pelos escritos do século XVI sobre as fortunas da cidade e de sua população, que invocava olhares e cobiça.

> A cidade de São Paulo e seu distrito, localizados na região mais recôndita do Brasil, é o que se pode verdadeiramente denominar de país da Cocanha. Todo estrangeiro que por lá passa, por mais miserável que seja, é sempre bem-recebido. (...)
>
> A riqueza dos paulistas vem de um rio que atravessa a região – tão rico a ponto de permitir que prestem auxílio a todo e qualquer miserável que busque socorro na região. Para tal, basta que retirem um pouco da areia desse rio e recolham o metal nela misturado. O ouro extraído é mais que suficiente para as necessidades, e ainda sobra para pagar o quinto ao rei. (FRANÇA, 2012, p. 420)

Essas anotações constavam nos relatos de viagens de dois missionários capuchinos, Michel Ângelo de Guattini e Dionigi de Carli, que estiveram de passagem pelo Brasil no século XVII, mais exatamente em 1651 e, apesar de não chegarem a conhecer a cidade de São Paulo, escreveram sobre ela em suas cartas enviadas para a Europa. Como comentou França (2012) essas cartas foram organizadas por Dionigi de Carli e publicadas em formato de livro com quatro edições em italiano, inglês, alemão e francês todas no século XVII.

Os missionários compuseram os relatos da cidade a partir do que ouviram falar a respeito. Porque no trajeto de ida para o Reino do Congo estiveram em Olinda e Pernambuco e, na volta ancoraram no porto da Baía de Todos os Santos. E, suas descrições perduraram no imaginário popular desde a publicação das cartas no século XVII. E, puderam ser revistas no século XIX, quando grupos de imigrantes desembarcaram em Santos, na busca da Cocanha descrita pelos missionários duzentos anos antes.

Muitos desses europeus desembarcados, tinham como destino as fazendas de café no interior do estado de São Paulo. Uma parcela deles permaneceu na cidade em busca de trabalho, muitos foram para as fazendas. Mas, após um curto período de permanência na lavoura, alguns retornavam para a cidade e optavam pelo trabalho nas fábricas. O fluxo de imigrantes do interior para a cidade era grande.

Cruz (2013, p. 46) explicou que "muitos dos mais de 750 mil imigrantes entrados no estado entre os anos de 1886 e 1899 estabelecem-se na cidade". Pereira (2010, p. 20), indicou que na cidade de São Paulo a população era por volta de 28 mil habitantes em 1874, atingiu um total de 477.992 em 1914. A produção e exportação do café tornou a cidade um lugar de convergência aos interesses mais variados. Impondo-se no cenário político-administrativo, assumiu espaço nas questões econômicas, "estabelecendo ligações eficientes pela concentração de negócios, de capital financeiro, comercial e industrial." O crescimento econômico conduziu à expansão da área demográfica e imobiliária. O mercado movimentou-se pela exportação do café, em meados de 1870 até os anos de 1920 a cidade esboçava "os contornos de metrópole".

Quando refere-se a quantidade de imigrantes na cidade Cenni (2003, p. 327), citou uma passagem sobre um visitante que chegou à cidade no ano de 1902: "Os meus ouvidos e os meus olhos guardam cenas inesquecíveis. No bonde, no teatro, na rua, na igreja, falava-se mais o idioma de Dante que o de Camões". Outro visitante, este um jornalista português, comentou ao chegar à estação de trens no bairro da Luz: "Encontramo-nos a cogitar se por estranho fenômeno de letargia, em vez de descer em São Paulo teríamos ido parar à cidade do Vesúvio". Esse comentário, ainda segundo Cenni (2003, p. 327),

era em função do excesso de cocheiros de tílburis vindos da mesma região da península itálica, a Campânia e, sua dificuldade em se comunicarem em língua portuguesa. Sendo assim, como explicou Biondi (2010, p. 24), a cidade paulistana fez parte de uma situação singular, transformou-se, "durante o século XX, na metrópole com o maior número de descendentes de italianos no mundo, caracterizando-se, no início de sua expansão, como a cidade industrial do Brasil, na qual a componente italiana era majoritária em todos os setores de trabalho."

As fontes utilizadas para compor este estudo pautaram-se principalmente em documentos, periódicos e legislação. Quando faz-se uso de documentos oficiais sempre são necessárias várias leituras para entender porque foram escritos, qual seu intuito, quem os produziu, quais os motivos e para quem. Respondendo essas questões, ou algumas delas, será possível entender melhor o contexto no qual foram escritos. Como escreveu Certeau (2002, p.82) "não há trabalho que não tenha que utilizar de outra maneira os recursos conhecidos e, por exemplo, mudar o funcionamento de arquivos definidos, até agora para determinado uso".

Na pesquisa com os periódicos *O Commercio de São Paulo, O Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano* dos anos finais do século XIX e início do século XX a análise foi apenas uma coleta de informações detalhadas, porque os repórteres narravam os fatos. As notícias eram uma relação de acontecimentos, muitas vezes bem detalhados, com nomes, endereços, parentesco, local de trabalho, motivos do acontecimento e outros assuntos que poderiam ajudar o leitor a entender a situação. Segundo nos informou Luca (2005, p.138) essa descrição de fatos nos jornais predominou até os anos de 1950, a pretensão era "consagrar-se a ideia de que o jornal cumpria a função de informar ao leitor o que se passou, respeitando rigorosamente a 'verdade dos fatos'". Claro que periódicos críticos existiram, com tiragens variadas que expressavam suas opiniões para o público, como o *Avanti!* ou *Boletim da Escola Moderna*, entre muitos outros.

Alguns dos periódicos abriram espaço para seus diretores escreverem os editoriais e neste local organizaram-se debates, defendendo a opinião da população sobre determinados assuntos. Um deles que tomou corpo, foram os apelos da sociedade por melhorias nas *crèches*. Um exemplo é a carta publicada pelo *O Commercio de São Paulo*, que liderou uma campanha em apoio à abertura de *crèches* para as mães operárias na cidade de São Paulo no ano de 1895.

> O diretor desta folha acaba de requerer ao sr. Ministro da Fazenda para serem despachados na Alfândega de Santos, livres de direitos, alguns berços e outros utensílios de uso domestico que foram encommendados em Inglaterra para a installação das crèches. (O COMMERCIO DE SÃO PAULO, 18/10/1895, p. 1)

## 2 | DEBATES SOBRE A CRIAÇÃO DAS CRÈCHES E A AMAMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS

Pela quantidade de trabalhadoras que a cidade recebeu durante os anos do século XIX, um local para abrigar as crianças muito pequenas seria bem vindo para as mães

dessas crianças. As *crèches* foram criadas para receberem os filhos - bem pequenos - dessas mães, que não tinham outras pessoas que pudessem assumir essa função. Era o local aonde poderia ser recolhida a criança "durante certas horas do dia, e que pode ser dirigida por qualquer velha bondosa, ou ama secca" *O Estado de S. Paulo* (09/01/1897 p. 1), como escreveu Gabriel Prestes, articulista do jornal formado pela *Escola Normal de São Paulo*, chegou a ser diretor desta mesma *Escola*, criou em seu mandato o Jardim da Infância.

Apesar dos comentários da imprensa sobre as *crèches*, um médico que manteve uma coluna no *Correio Paulistano* por vários meses no ano de 1902 apresentou sua opinião a respeito, comparava o Brasil com a Europa, e dizia:

> Em diversos países da Europa grande número de *crèches* são destinadas a receberem durante o dia crianças cujas mães não podem ocupar se com ellas, durante esse tempo, devido á necessidade que têm de entregar-se ao trabalho em alguma officina.
>
> Aqui no Brasil, não há necessidade, em tão larga escala, de *crèches* destinadas a receber as crianças sómente durante o dia, porque geralmente o operario das nossas fabricas ganha o sufficiente para poder conservar em sua casa mulher e filho o tempo necessário para completar a amamentação. (CORREIO PAULISTANO,17/02/1902, p.2)

Na França as crianças pequenas tiveram seu lugar reservado desde o início dos debates, a *crèche* foi difundida com um contexto assistencial e cultural em todos os meios. Foram criadas *crèches* em capitais e em cidades pequenas, em benefício dos mais necessitados. A criação das *crèches* francesas repercutiu na Itália e na Rússia, como esclareceu Caroli (2020). Os intelectuais e médicos passaram a debater os benefícios de criação das *crèches* em congressos internacionais e nacionais para atingir essa população e reduzir a alta taxa de mortalidade. A população de pessoas pobres era muito grande e, por consequência as crianças pequenas sofriam com a condição econômica de seus pais, neste caso as *crèches* poderiam ser vistas como uma forma de "salvação para a infância". Caroli (2020, p. 24) argumentou que as *creches*, denominadas de *presepe* na Itália, foram a solução para as famílias, por permitirem que as mulheres trabalhassem. Na Itália do século XIX, com a unificação do país, os *presepi* foram se tornando comuns nas localidades, seu funcionamento foi regulamentado, de modo a colaborarem com a redução da mortalidade infantil e com o abandono dos mais frágeis.

Nos jornais da cidade de São Paulo eram muitas as opiniões dos médicos e outros colunistas que circulavam sobre as *crèches*, esse era o assunto em pauta. A imprensa tratava do tema para esclarecer seus leitores, uma matéria d'*O Estado de S. Paulo* (08/04/1904, p. 4) que discorreu sobre as *creches,* apresentou os defensores e os opositores desta nova instituição, esses últimos entendiam-nas simplesmente como "túmulo das creanças" [...] "desde que sejam bem organisadas, dirigidas e localizadas". Porém, continuava o narrador, se forem bem organizadas poderão prestar grandes serviços, às mães operárias ou empregadas, que eram obrigadas a trabalhar, fora de suas residências. A *crèche* poderia receber as crianças e as manter com o aleitamento misto ou artificial, outro ponto em debate - teria de seguir regras rigorosas de higiene infantil. Essas instituições

deveriam manter baixa lotação e difundir-se por toda a cidade, próximas as fábricas e, seria indispensável um acordo legal para as mães ausentarem-se e servirem seus filhos, o que poderia desestimular o aleitamento artificial, e que muitos médicos defendiam como meio de ampliar a quantidade de sobreviventes na tenra idade.

Os debates médicos da época consideravam que o aleitamento artificial não era benéfico para as crianças e, seria um dos indicadores da alta taxa de mortalidade infantil. O médico que mantinha a coluna *Opiniões* no *Correio Paulistano* (10/02/1902, p. 2) abordou questões sobre os debates higiênicos, os cuidados com os bebês, o aleitamento, as *crèches*, a alimentação, o vestuário infantil, entre outros. Quando tratou do aleitamento natural, preocupou-se com as crianças que ficavam separadas de suas mães, porque estas estavam no trabalho.

A ama de leite acabou por popularizar-se e tornar-se uma profissão urbana em determinado momento. As mulheres das classes mais altas consideravam ter amas de leite em suas casas para não precisarem depender de seus filhos. Mas, essas amas deixavam seus próprios filhos com outras mulheres que os alimentavam mal e aumentavam os números das estatísticas da mortalidade infantil. As mulheres operárias que tinham filhos pequenos seguiam o mesmo caminho, muitas vezes perdendo seus rebentos. Barbieri e Couto (2012) classificaram as amas de leite em dois tipos: as que eram contratadas para trabalharem nas residências das famílias, amas internas e, as que recebiam as crianças em suas casas, amas externas. O que ocorria com a maioria das crianças era o consequente aumento na taxa da mortalidade infantil, proporcionado pela convivência com as amas externas. Invariavelmente, as condições de higiene com as quais se encontravam não condiziam com a situação ideal para a manutenção de uma ou mais crianças recém-nascidas.

Mota (2005) esclareceu que, a mortalidade infantil acontecia, principalmente, por doenças gastrointestinais. Quando incidia o aleitamento artificial o bebê ingeria o leite contaminado, porque não existia uma higienização adequada para a venda do produto ao consumidor, além de doenças que as vacas apresentavam e eram negligenciadas por seus criadores. Os problemas se concentravam na ingestão do leite, nas consequentes desinterias e na mortalidade dos pequenos.

Apesar da difusão da prática da mamadeira de "leite de vaca misturado com água terço ou quarto, levada ao banho-maria a temperatura de 32 graus", descrita pelo médico na coluna do *Correio Paulistano* (10/02/1902, p. 2), o leite ainda era ingerido sem fervura. Mas, se o animal estivesse contaminado a fervura não seria a solução, a mortalidade teria como causa os problemas gastrointestinais que permaneciam. E, ainda, tínhamos grupos de médicos favoráveis a prática das mamadeiras e contrários ao uso das amas de leite; ao mesmo tempo que debatiam com os que defendiam exatamente o inverso. Mas, reflitam que, todo esse debate estava nas páginas dos periódicos, será que todas as mães trabalhadoras tinham acesso aos jornais? Eram alfabetizadas? Poderiam acompanhar os debates? Ou ainda, escolher qual a melhor forma de amamentar seus filhos?.

A questão da amamentação com o leite de animal era complexa, porque nem todos tinham o devido esclarecimento sobre o problema da higiene e suas consequências. Documentos existentes no Arquivo Histórico Municipal da cidade de São Paulo,

especificamente da Intendência de Polícia e Higiene, apresentaram um Inspetor do Tesouro, denunciando as atividades ilícitas de determinado sujeito que tentava receber uma licença para uma vaca leiteira que não era de sua propriedade.

De modo que, o Serviço Sanitário demonstrava as devidas preocupações com as doenças decorrentes com o leite contaminado. No periódico *Correio Paulistano* (20/11/1903, p.4) contém a notícia sobre o parecer das comissões de Hygiene, Justiça e Finanças tratando do serviço de fiscalização de vacas leiteiras, a partir da discussão do Projeto n. 7 apresentado pelo vereador Antonio Prado, que seria convertido em lei. As vacas leiteiras deveriam ser vacinadas e fiscalizadas pelo inspetor sanitário municipal. Mas, ao mesmo tempo, temos esse indivíduo que pretendia trabalhar como vendedor de leite, que podia, nesse momento, não ter muita informação sobre as doenças que decorriam da ingestão do leite contaminado para as criancinhas. Este indivíduo estava preocupado com seu próprio sustento, tentava encontrar uma forma de burlar a burocracia e conseguir ganhar algum dinheiro com a venda do leite, de modo ilícito.

Além deste sujeito, existiram outras manifestações contrárias a vacinação das vacas e seus respectivos registros. Matos (2009) citou o movimento das mulheres proprietárias de vacas leiteiras, que eram em sua maioria imigrantes portuguesas e italianas, que também reagiram contra à obrigatoriedade do registro das vacas. Protestavam contra o registro das vacas que deveria ser pago para a prefeitura municipal. Na verdade, não podemos afirmar que todos esses manifestantes lutando contra a obrigatoriedade dos registros soubessem dos males do leite contaminado para as crianças e outras pessoas com saúde mais frágil. Talvez, essas pessoas nunca imaginassem que a ingestão do leite, com ou sem fervura, pudesse incorrer em desarranjo tamanho a ponto de uma pessoa falecer.

Existia um movimento para higienizar a cidade e torná-la, mais moderna, o progresso solicitava a ordem e a limpeza das vias centrais, calçamento, praças públicas. Essa ação envolvia o registro dos animais – vacas leiteiras, cavalos - e sua circulação pela área central da cidade, os carros de boi foram proibidos de circular nas ruas recém pavimentadas, dificultando a entrega de mercadorias.  A cidade acompanhava o ritmo das outras metrópoles do mundo. Por esse motivo foi instaurada uma comissão para inspecionar os cortiços, foram produzidos relatórios e mapas para descrever a localização dos cortiços, nomes de seus proprietários, condições de cada cubículo, quais as melhorias necessárias, número total de moradores, quantidade de menores de idade, algumas vezes com nomes de seus inquilinos e suas nacionalidades. Mimesse (2020) indicou que os problemas encontrados, eram relacionados à higiene, as prescrições a serem cumpridas pelos proprietários, estavam relacionadas a criação de janelas, conserto de escadas e redução no excesso de moradores.

A população excessiva de moradores em cada cômodo de um cortiço e, as crianças que ali viviam em conjunto, poderiam frequentar escolas ou trabalhar em atividades nos arredores, sem ficarem confinadas nesses espaços mínimos dos cortiços. Um cômodo do cortiço para dois adultos de modo higiênico deveria ter o tamanho de 14 m³, ou para três adultos 27 m³. O que ocorria realmente é que abrigavam um número maior de pessoas, como citou Mimesse (2020, p.86)

As condições de vida nos cortiços e os altos índices na taxa de mortalidade infantil

apenas fortaleceram a medicina higienista, conforme Barbieri e Couto (2012). A pediatria como especialidade foi conquistando espaço nas discussões médicas, ao mesmo tempo em que os debates sobre o uso das amas de leite externas foram criticados. Surgiu um novo tema nos debates e retomou a amamentação natural e o papel da mãe como necessário e fundamental. Neste contexto, ressaltou-se o amor materno, a procriação, a amamentação.

Ao mesmo tempo, na cidade paulistana existiram tipos variados de asilos para abrigarem crianças abandonadas, delinquentes, expostas ou órfãs. Como o número de crianças estrangeiras era grande, existiram inclusive, as instituições que se dispunham a atenderem apenas determinadas etnias, mas acabavam por aceitarem crianças de todas as nacionalidades, pelo grande número de órfãs na cidade, como descrito em Prado (2020). O quadro abaixo lista as instituições assistenciais e profissionais que existiram no século XIX comandadas pelo governo, por benfeitores e por ordens religiosas.

| Ano | Nome | Sexo | Tipo | Origem |
|---|---|---|---|---|
| 1825 | Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia | Masc./ Fem. | Assistencial | Irmandade de Misericórdia |
| 1825/ 1868 | Seminário de Educandos de Sant'Anna | Masc. | Profissional | Governo de São Paulo |
| 1825 | Seminário de Educandas da Glória | Fem. | Profissional | Governo de São Paulo |
| 1869/ 1880 | Instituto de Educandos Artífices | Masc. | Profissional | Governo de São Paulo |
| 1873 | Lyceu de Artes e Ofícios | Masc. | Profissional | Governo de São Paulo |
| 1875 | Instituto Dona Anna Rosa | Masc. | Profissional | Privado |
| 1885 | Lyceu Sagrado Coração de Jesus | Masc. | Profissional | Salesianos |
| 1890 | Instituição da Sagrada Família do Ypiranga | Fem. | Assistencial | Cúria Metropolitana |
| 1892 | Orphanato de Santa Anna | Fem. | Assistencial | Privado |
| 1892 | Colégio Dona Carolina Tamandaré | Fem. | Profissional | Privado |
| 1892 | Abrigo Santa Maria | Masc./ Fem. | Assistencial | Privado |
| 1894 | Externato Casa Pia de São Vicente de Paula | Masc. | Assistencial | Vicentinos |
| 1895 | Orphanato Christovam Colombo | Masc./ Fem. | Assistencial Profissional | Scalabrinianos |
| 1896 | Asylo de Orphãos Desamparados Nossa Senhora Auxiliadora do Ypiranga | Fem. | Assistencial Profissional | Salesianos |
| 1896 | Asylo Sampaio Vianna | Masc./ Fem. | Assistencial | Irmandade de Misericórdia |
| 1897 | Asylo do Bom Pastor | Fem. | Assistencial | *Soeurs du Bon Pasteur* |
| 1897 | Casa da Divina Providência da Mooca | Fem. | Assistencial | Divina Providência |

Quadro 1 - Instituições assistenciais e profissionais

Fonte: Annuario de Ensino do Estado de São Paulo, 1907-1909.

Nos anos iniciais do século XX existiu a iniciativa da professora normalista Anália Emília Franco, que criou várias escolas maternais e *crèches* gratuitas na cidade de São Paulo e no interior do estado. As instituições fundadas por esta profissional atendiam crianças entre dois e cinco anos de idade, também criou com outras professoras a *Associação Feminina Beneficente e Instructiva* em 1901. E, no ano de 1903 já existiam várias *crèches* em funcionamento, como relataram as notícias dos periódicos consultados.

O *Asylo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia* recebia e cuidava das crianças deixadas na *Roda dos Expostos* até atingirem os sete anos de idade, depois dessa idade as crianças eram encaminhadas para outras instituições. Vários asilos e orfanatos foram criados na cidade nesta época, exatamente pelo alto número de crianças e jovens abandonados nas ruas, sem família. Como a que foi noticiada pelo *Correio Paulistano* (20/12/1906, p. 2) "No corredor da casa n. 7 da rua da Mooca, de residência de Francesco Lombardo abandonaram hontem, á noite uma criança recem-nascida, do sexo masculino. [...] Lombardo pediu permissão á autoridade para ficar com a criança e educal-a como filha". As notícias dos periódicos da capital se misturavam aos pedidos de doações e evocavam a caridade do povo paulistano. É interessante notar que, nesta época, as crianças eram consideradas órfãs quando não tinham um dos genitores. Se, por algum motivo, um dos pais falecesse, a criança era considerada órfã e poderia ser internada em um asilo ou orfanato.

## 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates na imprensa sobre as *crèches*, versam sobre as melhores formas de amamentar-se uma criança pequena, a manutenção ou não de uma ama externa ou interna a partir de opiniões de diferentes médicos, professores, juristas e outros. Mas, como podemos provar que as mães trabalhadoras acompanhavam essas discussões.

Se formos levar em conta o discurso de Prestes de que "qualquer velha bondosa" poderia cuidar das crianças enquanto suas mães trabalhassem, recaímos em outra questão, a do aleitamento artificial com uso de mamadeira repleta de leite de vaca fervido misturado com água. O aleitamento artificial também gerava alto índice de mortalidade, na verdade o problema estava nas vacas sem vacinação e no leite sem fervura servido nas mamadeiras. Então, realmente não seria um problema que "qualquer senhora bondosa" cuidasse das crianças, mas como essa "senhora bondosa" alimentaria as crianças e se ela era alfabetizada para acompanhar os debates nos jornais.

As discussões sobre o fim no uso de amas externas e a retomada das mães no trato com os filhos foi um grande alento para os pequenos, filhos de famílias ricas e pobres, por estarem sujeitos a amas externas ou internas de diferentes formas. Apesar de todo debate na imprensa e das altas taxas de mortalidade, as crianças pequenas conseguiram frequentar as poucas *crèches* que existiram na cidade no final do século XIX. Com o passar dos anos e com o número maior de mulheres trabalhadoras, novos estabelecimentos foram

sendo abertos no século XX.

## REFERÊNCIAS


BARBIERI, Carolina L. A.; COUTO, Marcia T. As amas de leite e a regulamentação biomédica do aleitamento cruzado: contribuições da socioantropolologia e da história. **Cadernos de História da Ciência**, v. 8, n. 1, p. 61-73, 2012.

BIONDI, Luigi. Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico. In: CARNEIRO, Maria Luiza T.; CROCI, Federico, FRANZINA, Emílio. (org.s) **História do trabalho e História da imigração**: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX). São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2010, p. 23 - 48.

CAROLI, Dorena. O nascimento e a difusão das creches na Itália (1850 – 1890). In: MIMESSE, Eliane. (org.) **Bambini Piccoli**: a infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2020, p. 21 – 54.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**: andiamo in'Merica. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Trad. Maria Menezes**.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CRUZ, Heloisa de F. **São Paulo em papel e tinta***:* periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

FRANÇA, Jean M. C. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII.** Antologia de textos, 1591-1808. Rio de Janeiro: J. Olympio; São Paulo: UNESP, 2012.

LUCA, Tania R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. et al. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-154.

MATOS, Maria Izilda S. de. Além-mar: entre o lar e o balcão. Portugueses em São Paulo. Revista Cordis: **Revista Eletrônica de História Social da Cidad***e*, São Paulo, n. 2, 2009. Disponível em: www.pucsp.br/revistacordisp.6n Acesso em 09 março 2021.

MIMESSE, Eliane. Resquícios cotidianos da meninice na cidade paulistana: sobreviver, labutar, estudar e divertir-se. In: MIMESSE, Eliane. (org.) **Bambini Piccoli**: a infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2020, p. 77 – 122.

MOTA, Andre. **Tropeços da Medicina Bandeirante:** medicina paulista entre 1892-1920. São Paulo: EDUSP, 2005.

MOURA, Carlos E. M. de (org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX:** memórias, depoimentos, evocações. São Paulo: Ateliê Editorial: UNESP: IMESP, 1998.

PEREIRA, Robson M. **Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

PRADO, Eliane M. Instituições assistenciais e profissionais na cidade de São Paulo no século XIX, **Sapiens,** Carangola/MG, v. 2, n. 1, p. 124- 139, jan./jun. 2020.

CORREIO PAULISTANO: orgam republicano.17/02/1902, p.2; 10/02/1902, p. 2; 20/11/1903, p.4; 20/12/1906, p. 2.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO, 18/10/1895, p. 1.

O ESTADO DE S. PAULO, 09/01/1897, p. 1; 08/04/1904, p. 4.

SÃO PAULO. **Intendência de Polícia e Higiene***,* Arquivo Histórico Municipal, Prefeitura Municipal de São Paulo, 1907.

SÃO PAULO. **Annuario de Ensino do Estado de São Paulo**. P*ublicação organisada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. A. Siqueira & C.,*1907 a 1909*.*

# CAPÍTULO 3

# O QUE DIZEM OS JORNAIS SOBRE A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA: UM LEVANTAMENTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS DE OVIDE DECROLY EM PERIODICOS BRASILEIROS 1914-1935

*Data de aceite: 19/04/2021*

*Data da submissão: 15/03/2021*

**Letícia Marques Borges Vilela de Carvalho**
Universidade Federal do Paraná/UFPR
Curitiba -Paraná
http://lattes.cnpq.br/5939843667294515

**RESUMO:** Este trabalho tem por intuito identificar e analisar as ações de professores e jornalistas em prol da circulação de Jean Ovide Decroly, nos estados Brasileiros, entre as primeiras décadas do século XX. Para tanto, fez-se necessário compreender e situar em qual contexto as ideias educacionais de Decroly estavam em circulação, qual sua proposta educacional para a infância. O corpus documental é composto por documentos provenientes do acervo digital da Hemeroteca Nacional. Privilegia-se os jornais como fonte para a identificação desse debate por entender que esses periódicos, se transformam num dos mais significativos veículos de divulgação de ideias, nas primeiras décadas do século XX. Para atender aos objetivos firmados, o estudo se ancora em referenciais teóricos voltados à pesquisa histórica, ao trato com a documentação e ao trabalho com periódicos como fontes históricas, e sobre os sentidos da circulação das ideias educacionais de Decroly nos jornais. Diante do contexto percebido nas fontes, foi possível apreender que o debate em torno das ideias de Decroly começou a se intensificar em meio às discussões sobre novas propostas de educação pública nos estados brasileiros. Conclui-se a partir do trabalho empírico que os professores e os jornalistas, partilhavam das concepções de Decroly e divulgavam seus preceitos com o intuito de promover o desenvolvimento educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Decroly; Imprensa; História; Educação; Infância

## WHAT THE NEWSPAPERS SAY ABOUT CHILDHOOD EDUCATION: A SURVEY ON THE CIRCULATION OF OVIDE DECROLY IDEAS IN BRAZILIAN JOURNALS 1914-1935

**ABSTRACT:** This work aims to identify and analyze the actions of teachers and journalists in favor of the circulation of Jean Ovide Decroly, in the Brazilian states, between the first decades of the 20th century. Therefore, it was necessary to understand and situate in which context Decroly's educational ideas were in circulation, what his educational proposal for childhood was. The documentary corpus consists of documents from the digital collection of the National Hemeroteca. Newspapers are privileged as a source for the identification of this debate because they understand that these journals become one of the most significant vehicles for the dissemination of ideas in the first decades of the 20th century. In order to meet the established objectives, the study is based on theoretical references focused on historical research, dealing with documentation and working with periodicals as historical sources, and on the meanings of the circulation of Decroly's educational ideas in newspapers. Given the context perceived in the sources, it was possible to apprehend that the debate around Decroly's ideas began to intensify amid discussions about new proposals for public education in Brazilian states. It is concluded from the empirical work that teachers and journalists shared Decroly's conceptions and disseminated his precepts in order to promote

educational development.
**KEYWORDS**: Decroly; Press; History; Education; Childhood

## 1 I INTRODUÇÃO

Alguns estudos da historiografia da educação brasileira indicam que o período entre as primeiras décadas do século XX são marcados pela busca incessante de um desenvolvimento educacional, característico daquele momento histórico no Brasil (CARVALHO, 2004). Marcados também pelas novas descobertas, renovações científicas, novos olhares e comportamentos sociais de determinada sociedade e de determinados grupos de indivíduos que se dispunham a discutir sobre a educação brasileira.

Segundo Nagle (1978), os debates que já envolviam a educação e que já estavam ocorrendo pautavam-se num aperfeiçoamento dos métodos educacionais, de novas propostas pedagógicas e de renovação do ensino, que caracterizaram o movimento pela Escola Nova e que, desse modo, pudessem resolver o que se entendia por problemas sociais.

Diante do contexto percebido nas fontes, foi possível apreender que o que se debatia em torno das ideias de Decroly e começou a se intensificar conforme iam adentrando ao campo as discussões sobre uma nova proposta de educação pública nos estados brasileiros. No tocante das discussões educacionais, a imprensa periódica, a que aqui se propõe as análises, teve um papel importante em difundir essas discussões acerca de projetos de uma nova educação. Segundo De Luca (2005), a imprensa periódica é uma importante fonte para a compreensão da paisagem urbana e das representações e idealizações sociais.

Para Veiga (2007), os autores pensadores que propuseram modelos didáticos e se destacaram durante essa fase histórica e em prol de uma educação nova, pensavam sobre metodologias de ensino mais eficazes e que colocassem na primeira instância da educação as crianças, respeitando seu pleno desenvolvimento. Tais autores promoveram e contribuíram para o progresso educacional e suas ideias se proliferavam por meio das notícias publicadas na imprensa. Diante do exposto, e com base nas notícias de cunho educacional sobre a retórica nomeada “escola nova”, difundidas intensamente em todo o território do Brasil, destacaram-se com evidência nos jornais brasileiros as ideias do educador pensador Jean Ovide Decroly (1871-19323). Segundo De Luca (2005), essa explosão de publicações por meio dos impressos periódicos são objetos de reflexões.

Para compreender a circulação das ideias de Jean Ovide Decroly dentre os estados é necessário entender que as fontes, por serem produzidas por diferentes sujeitos, têm o seu propósito e finalidade. Tal circulação e apropriação estão diretamente interligadas aos indivíduos e a sua representação dentro desse contexto histórico, dentro do que determinado sujeito produz, se apropria, recria e transmite (CHARTIER, 1990). Nesse sentido, buscou-se neste trabalho identificar e analisar as ações de professores e jornalistas em prol da circulação de Jean Ovide Decroly, nos estados brasileiros, entre as primeiras décadas do século XX.

Em relação ao recorte inicial deste trabalho tomou-se como partida a primeira

ocorrência em que Ovide Decroly apareceu no contexto educacional, no ano de 1914, e ao analisar-se a crescente circulação nos anos seguintes, foi possível constatar que seu nome vinha num crescente destaque no âmbito educacional. Em relação ao recorte final, nota-se a partir da retórica jornalística que depois de 1935 as discussões ganharam outros contornos; foi neste período, segundo as fontes pesquisadas, que o método Decroly passou a ser aplicado nas escolas e a ser avaliado, o mesmo começou a compor os cursos de aperfeiçoamento para os professores para que esses pudessem se adequar e aplicar as ideias do educador belga.

No entanto, o corpo textual deste trabalho está condicionado à análise de 190 notícias em formato de artigo ou crônica relacionadas a Decroly que fizeram parte do acervo jornalístico de 10 estados brasileiros.

Sendo assim, foi realizado um levantamento sobre a quantidade de menções sobre Decroly na imprensa periódica nos estados brasileiros e o contexto envolvendo seu nome. E também, um levantamento dos sujeitos envolvidos no processo de circulação de Ovide Decroly na imprensa brasileira.

## 2 | DECROLY, O CERTAME EDUCATIVO NA IMPRENSA BRASILEIRA: SUJEITOS EM AÇÃO

Os discursos e práticas difundidos pela nova educação a partir de 1920 foram marcados por correntes ideológicas, pedagógicas e políticas. Carvalho (2004, p. 94) afirma que “[...] o que passa a interessar é a pluralidade das apropriações do ideário escolanovista acionadas no discurso e nas práticas dos agentes do movimento educacional nos anos 20 e 30”

Pode-se observar nas fontes consultadas, que os discursos que norteavam a educação eram cheios de entusiasmos e promessas em favor de um novo método de ensino, de uma nova pedagogia, onde a escola produziria vantagens se fosse ativa e favorecesse a experimentação para as crianças. Sobre esta perspectiva, Decroly surgia como figura notória no ambiente educacional, seu nome e suas ideias circulavam nas notícias dos periódicos brasileiros, como sendo a solução para a modernização da educação do nosso País.

Para melhor compreensão dessa circulação de notícias referentes à Decroly no contexto educacional, disponibiliza-se neste trabalho um gráfico informativo com dados referente à quantidade de menção ao pensador no período analisado e um quadro dos sujeitos envolvidos neste processo de circulação.
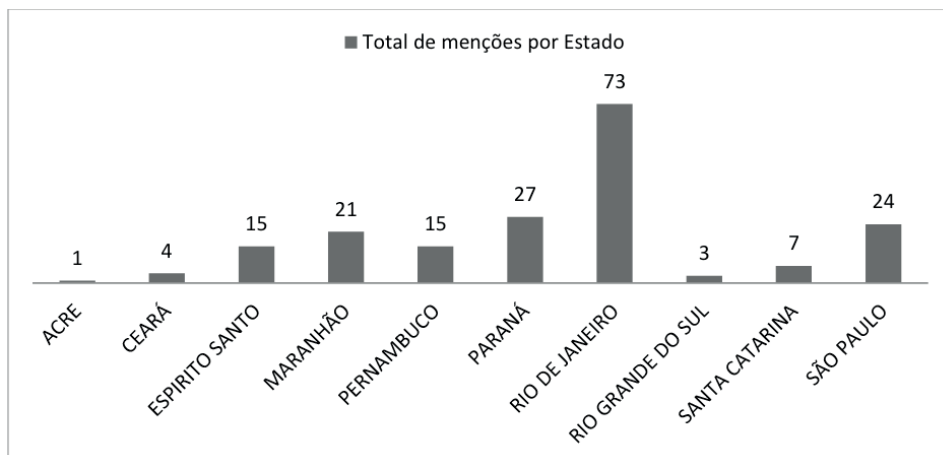
GRÁFICO 1: QUANTIDADE DE MENÇÕES SOBRE DECROLY NA IMPRENSA PERIÓDICA NOS ESTADOS BRASILEIROS

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1914 – 1935. Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/ Acesso em: 01 março 2021. Organizado pela autora

Percebe-se nas matérias de jornais, que havia uma preocupação e disposição muito grande para os novos desafios frente a uma nova educação que fosse pautada no que defendia Decroly, uma educação que de fato preparasse a criança para vida. Reina (1998) coloca Decroly como protagonista de uma nova concepção da infância na educação, pois este considera a necessidade de olhar a infância por meio de suas especificidades.

> Decroly assume que a educação tem como principal objetivo preparar a criança para a vida, individual e socialmente. Procura fazer com que a criança se torne consciente de sua personalidade e do ambiente natural e humano em que vive. Agora, educar para a vida é educar para atender suas necessidades, o que implica proporcionar um conjunto de conhecimentos que coloca o sujeito em condições de se adaptar à sociedade e às suas necessidades. Quais são essas necessidades primárias da criança? Decroly aponta quatro: a) Nutrição (depende da respiração e da higiene); b) Proteção da intemperança; c) Defesa contra vários perigos ou inimigos e d) Trabalhar e, prosperar...Dela dependem as necessidades de ilustração, arte, recreação, descanso (REINA,1998, p.238, tradução da autora).

As circulações dessas ideias ganham fôlego, pois, permeia a cultura escolar de cada estado, e esta circula em toda a sociedade brasileira e se expressa por sistemas de representação e atos. Então, pensar como ocorre a circulação é um meio para se pensar a condição de práticas culturais por meio da multiplicidade das relações possíveis. Esse movimento de circulação de notícias é decorrente das diferentes interações sociais com os outros. Para Chartier (2001), esse movimento de circulação perpassa determinadas culturas, conflitos de linguagens, expressas por meio dos periódicos, que carregam elementos de identidade própria de cada estado.

No gráfico supracitado é possível evidenciar esse movimento de circulação das

ideias de Decroly, por meio da quantidade de notícias relacionadas ao pensador. Foi possível identificar neste levantamento que o estado do Rio de Janeiro (Capital), liderou a propagação das ideias decrolyanas. Este estado foi o primeiro em 1914, por meio do jornal *O Jornal*, p.01, a estampar para o país a importância do método Decroly para a instrução geral. Em matéria intitulada *Ensino Geral não enciclopédico* o autor da matéria Nieto Cabalero tratava de explicitar o Método Decroly como importante para "[...] criar o interesse na imaginação da criança, para que sua inteligência se abra ao sentimento e ao saber." Notou-se que a maioria das matérias encontradas, com as discussões sobre o campo educacional em cada estado, eram publicadas nos jornais da capital- Rio de Janeiro. Sendo assim, ficou constatado que os estados que não citaram Decroly em seus jornais próprios, estavam discutindo e preocupados com a reforma da educação, porém, publicando sobre o andamento educacional de seu estado nos jornais da capital. Importante destacar sobre a análise do referido gráfico, o empenho do estado do Paraná, sendo este, o estado que mais propagou às ideias educacionais de Decroly no Brasil depois da Capital. As menções estavam diretamente associadas às reformas educacionais pautadas numa ideia de nova escola, onde Decroly aparecia como modelo pedagógico. E é sob esse contexto, que os demais estados fizeram circular as ideias decrolyanas, com mais ou menos efervescência, como demonstra o gráfico exposto.

Vale ressaltar que nesse processo de circulação de ideias e propostas, encontram-se sujeitos e mediadores, e essa divulgação que ocorre por meio dos impressos, consolidam diversos autores responsáveis direta e indiretamente pelo debate em torno das ideias de Jean Ovide Decroly. Campos (2012, p. 16) afirma que "os jornais são ambientes de sociabilidade entre pares, espaços de visibilidade de determinados grupos, é local de prestigio e de distinção, é também exposição de valores, idéias e sensibilidades".

Diante dessa perspectiva, sob o quadro a seguir destacam-se os sujeitos identificados como autores das matérias dos jornais e os sujeitos referenciados no corpo das matérias, ambos, responsáveis por fazer circular o nome e as ideias de Decroly na imprensa periódica nos estados brasileiros.

| AUTORES DA MATERIA | SUJEITOS REFERÊNCIADOS NAS MATÉRIAS |
|---|---|
| Aristóteles Bezerra | Edith da Costa Braga- Diretora da Instrução Pública - professora |
| José Deusdedite Leite | Moreira de Sousa- professor |
| Elpídio Pimentel | Atílio Vivacqua- Secretário da instrução - professor |
| José Espínola | Deobato de Moraes- professor |
| Jose Paulino | Maria Leonídia- professora |
| Bodart Junior | Thales de Andrade- professor |
| Placidino Passos | Placídio Passos- inspetor escolar- professor |
| Neto Caballero | Bodart Junior- inspetor escolar- professor |
| Mercedes Dantas Lopes | José Xavier- professor |
| Delphina Boavista | Antônio Reis- professor |
| Nascimento Moraes | Elza Gutierres- professora |
| Luiz rego- professor | Santinha Vasconcelos- professora |

| Rosete Goulart | Zuleide Vasconcelos- professora |
|---|---|
| Oscar de oliveira lima | Amynthas Vidal Gomes- Diretor da instrução Pública - professor |
| Sylvio Rabello | Antônio Carneiro- Diretor da instrução Pública – professor |
| Carlos Rabello | Angêlo Patri – professor |
| José Constantino | Sylvio Rabello- professor |
| Antonio Salles | Ulisses Pernambucano- professor |
| Oscar faria | Gilda Rodrigues- professor |
| Raul Gomes | Luiz Medeiros- professor |
| Laudimia Trotta | Erasmo Pilotto- professor |
| Aroldo Leitão da Cunha | Anette Macedo – professora |

QUADRO 1: AUTORES DAS MATÉRIAS E SUJEITOS REFERÊNCIADOS NO CORPO DA MATÉRIAS

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1914 – 1935. Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/ Acesso em: 01 março 2021. Organizado pela autora.

O quadro aponta os autores das matérias dos jornais bem como os sujeitos referenciados no corpo da matéria, responsáveis por propagar os discursos de Decroly. Tais, sujeitos estão entrelaçados direta ou indiretamente aos discursos e as práticas difundidas em busca de uma declarada nova educação para o Brasil. Nesta pesquisa foi possível se aproximar de alguns personagens envolvidos na circulação das ideias de Decroly, sendo eles professores, diretores da instrução pública, secretários, inspetores e jornalistas.

Os documentos destacam alguns desses sujeitos que estavam engajados na pauta educacional como o Pedagogo Deobato de Moraes que apareceu no corpo das matérias publicadas no Espírito Santo, como um agente considerado transformador da educação de seu estado, defendendo a importância do método Decroly nos processos educativos. No Maranhão a professora Santinha Vasconcelos, diretora do jardim de infância Decroly, é mencionada como referência e propagava junto aos colegas de profissão as ideias da escola nova pautadas em Decroly. No estado de Pernambuco o professor Sylvio Rabello que apresentava e ensinava sobre o método. No estado do Paraná, destaca-se pelo engajamento o professor e jornalista Raul Gomes, autor da maioria das matérias nos periódicos paranaenses. No estado do Rio de Janeiro o professor e escritor Heitor Pereira, que além de trazer a tona os acontecimentos referentes à educação que vinham acontecendo no Rio de Janeiro e nos demais estados da federação, encontrava meios em seu discurso de enfatizar a importância de uma escola ativa nos moldes de Ovide Decroly.

Foi possível destacar a partir do levantamento das matérias dos jornais que grande parte das matérias estava sem autoria declarada, porém, os vestígios do corpo material e o uso da retórica jornalística que expunham na matéria apontavam características desses personagens ocultos, alguns mais comprometidos em transcrever as informações, tal como era posta, outros com opiniões divergentes e próprias, carregadas de resistência às ideias que permeavam a educação nova.

## 3 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os discursos e as práticas educacionais que apareceram em circulação nos jornais pautavam-se na renovação da instrução de cada estado, esta, marcada por correntes ideológicas, pedagógicas e políticas. E que, ocorria por parte dos sujeitos à apropriação do ideário escolanovista.

O Método de Decroly exposto nos periódicos tinha como principal objetivo preparar a criança para a vida, individual e socialmente. E a figura de Decroly aparece como uma saída plausível para a renovação da educação da infância, sua metodologia representava o que havia de novo em matéria pedagógica, sua preocupação com a infância e seu pleno desenvolvimento faziam parte de suas ideias.

Ficou constatado a circulação da concepção de Decroly no território nacional e sua consolidação pela quantidade de matérias encontradas. Por fim, foi possível Identificar por meio das matérias, no corpo textual das notícias, os diferentes sujeitos que contribuíram para a circulação de Decroly no cenário educacional do período, tais sujeitos partilhavam das concepções de Decroly e divulgavam seus preceitos com o intuito de promover o desenvolvimento educacional. Esses sujeitos podem ser compreendidos como mediadores culturais na perspectiva de Gruzinski.

> O mediador cultural é sujeito "entre dois mundos", capaz de produzir leituras, interpretações e sínteses no movimento de mão dupla no qual circulam elementos ou fragmentos das culturas em contato. Ele não apenas promove a circulação, ou o trânsito, como também produz novas configurações culturais dele resultantes. Estabelece a comunicação, levando "ideias, projetos de um mundo a outro e, às vezes, criando ferramentas para pensar os imensos espaços. (GRUZINSKI, 2005, p.16)

Diante do exposto, foi possível constatar por meio da empiria que os indivíduos definidos e trazidos à tona neste trabalho, mostraram uma grande capacidade de se adaptarem aos outros estados, outras culturas e ambientes jornalísticos, pois, eles publicavam e se movimentavam em outros jornais de outros estados que não era o seu, e essa atitude permite que eles assumam papel de difusores de práticas culturais.

## REFERÊNCIAS


BURKE, Maria Lúcia G. P. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Caderno de Pesquisas**, Fundação Carlos Chagas, n. 104, p. 144-161, 1998.

CAMPOS, Raquel D. No Rastro de Velhos Jornais: Considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de Educação** Campinas/SP, v.12, n.1, p. 45-47, jan./abr., 2012.

CARVALHO, Marta M. C. de. A Escola Nova no Brasil: uma perspectiva de estudo. **Revista Educação em Questão**, Natal/RN, v 21, n.7, p. 90-97, set./dez 2004.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 22 ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.5, n.11, p.173-191, 1991.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LUCA, Tânia R. de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

NAGLE, Jorge. Educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira: **o Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930).** São Paulo: DIFEL, 1978. t. 3, v. 2, p. 275

REINA, Virginia G. **De La Medicina a lá educación**: Maria Montessori (1870 – 1952) Y Ovide Decroly (1871 – 1932). Espanha: Fahrenhouse, 2010, p. 215-245.

VEIGA, Cynthia G. Cidade e educação, modernidade e modernismo. In: SOUZA, Cynthia P. de; CATANI, Denice B. (orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 2007.

RIO DE JANEIRO. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Biblioteca Nacional Digital. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1914 – 1935. Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/ Acesso em: 01 março 2021

# CAPÍTULO 4

# LÍNGUA DE HERANÇA E INFÂNCIA: MEMÓRIAS E PRÁTICAS DE ORALIDADES NAS COMUNIDADES DE IMIGRANTES VÊNETOS NO PARANÁ NO SÉCULO XX

*Data de aceite: 19/04/2021*

**Elaine Cátia Falcade Maschio**
CEVEP/UFPR
Colombo-Paraná
http://lattes.cnpq.br/1887181892191583

**RESUMO:** O presente texto tem como objetivo analisar as práticas de oralidade das crianças nas colônias de imigrantes vênetos no Paraná. Busca investigar como a infância lidou com as aprendizagens, as proibições e os castigos por serem bilíngues. Lançando mão das memórias de adultos nascidos entre as décadas de 1930 e 1950, a metodologia da história oral permitiu inventariar as representações, as práticas e os saberes aprendidos naquele contexto. O acervo de memória está sobre a guarda do CEVEP (Centro de Estudos Vênetos no Paraná). A investigação está fundamenta na História Cultural. Ancorada na análise da cultura enquanto prática, e permite pensar na manutenção das línguas de diáspora, sendo a língua vêneta uma língua de herança ensinada às crianças. A língua materna nas comunidades de imigrantes italianos no Paraná foi a língua vêneta, pois a maioria dos colonos emigrados eram provenientes das províncias que compunham a região do Vêneto, na Itália. Nas famílias emigradas boa parte do processo de educação da infância foi desempenhada pelos *nonni/nuni*. Os saberes transmitidos em língua veneta compunham o processo educativo geracional. Por outro lado, na escola a língua materna não era reconhecida, exigindo das crianças a aprendizagem da língua portuguesa. As proibições, restrições e castigos experimentados pelas crianças por falarem a língua vêneta, revelam a singularidade da história da infância nas regiões de colonização estrangeira no Estado.
**PALAVRAS-CHAVE**: História da Infância; Imigração Vêneta; Paraná.

## HERITAGE LANGUAGE AND CHILDHOOD: MEMORIES AND PRACTICES OF ORALITIES IN THE COMMUNITIES OF VENETIAN IMMIGRANTS IN PARANÁ IN THE 20TH CENTURY

**ABSTRACT:** The objective of the text is analyze the oral practices of children in colonies of Venetian immigrants in Paraná. It looks for investigate how childhood dealt with learning, prohibitions and punishments for being bilingual. Making use of the memories of adults born between the 1930s and 1950s, the methodology of oral history made it possible to inventory the representations, practices and knowledge learned in that context. The memory collection is under the custody of CEVEP (Center for Veneto Studies in Paraná). The investigation is based on Cultural History. Anchored in the analysis of culture as a practice, it allows thinking about the maintenance of diaspora languages, with the Venetian language being a heritage language taught to children. The mother tongue in the Italian immigrant communities in Paraná was the Venetian language, since most of the emigrated colonists came from the provinces that made up the Veneto region, in Italy. In migrant families, a large part of the childhood education process was developed out by grandparents. The knowledge transmitted in the Venetian language was build in the generational educational process. On the other hand, at school the mother tongue was not recognized, requiring children to learn the Portuguese language. The prohibitions, restrictions and punishments experienced by children for speaking the Venetian language,

reveal the uniqueness of childhood history in the regions of foreign colonization in the State.
**KEYWORDS:** Childhood History; Venetian immigration; Paraná.

## 1 I PALAVRAS INICIAIS

> Tem sido completamente abandonado, esquecido, amesquinhado o ensino primário em escolas promíscuas. É igual a reclamação por parte dos immigrantes por não terem nos núcleos, onde se acham estabelecidos, uma cara escola para os filhos seus, digamos de passagem, são sempre em grande número. Reclamam amargamente do governo e em sua rude linguagem dizem que o Estado quer que elles criem os filhos como “bestias”. (PARANÁ, 1890, p. 109)

Desde o final do século XIX os diferentes dialetos falados entre as centenas de famílias imigrantes que chegavam ao Paraná, chamavam a atenção das autoridades locais. A epígrafe que abre este capítulo - um fragmento da declaração registrada em um manuscrito do Chefe da Inspetoria Especial de Terras e Colonização Candido Ferreira de Abreu, endereçado ao Presidente da Província Américo Lobo Leite Pereira no ano de 1890 - traz indícios de como as línguas da imigração eram representadas.

Observa-se que o Inspetor se refere ao modo de falar dos imigrantes como “rude linguagem”, fazendo alusão a um modo arcaico e grosseiro de se expressar. Da estranheza da comunicação à ameaça da identidade linguística, os diferentes dialetos dos povos germânicos, eslavos e itálicos que se instalaram em terras brasileiras mobilizaram as autoridades a estarem atentos a esse elemento étnico da linguagem. Não falar a Língua Portuguesa constituía-se numa constante preocupação das autoridades e intelectualidades nacionais da época, e essa vigilância sobre os modos de falar do outro percorreu por toda primeira metade do século XX. Cumpre ressaltar, que o pertencimento étnico se corporificava nos costumes, na materialidade, na religiosidade, mas acima de tudo, nas formas de comunicação.

No ano de 1920, o Inspetor Escolar Cesar Prieto Martinez alertava em seu relatório sobre o elevado número de escolas estrangeiras no Paraná. Ele denunciava que nas diferentes regiões de colonização do Estado: “a língua falada é a poloneza, a allemã ou a italiana. O nosso idioma é inteiramente desconhecido por essas populações, cujos filhos aqui nasceram” (PARANÁ, 1920, p. 23). Ao fazer isso, considerava ser urgente a promoção de propagandas de alfabetização tendo como premissa, o ensino da Língua Portuguesa. Ademais, afirmava que era necessário convencer os colonos a inculcar em seus filhos, já nascidos no Brasil, o sentimento de pertencimento nacional reforçando a ideia de que eram, portanto, brasileiros.

Mesmo após as incisivas campanhas de nacionalização compulsória do ensino, configuradas desde a obrigatoriedade do ensino da língua vernácula, até a proibição de falar qualquer idioma estrangeiro, as famílias imigrantes e seus descendentes mantiveram no interior das suas casas a língua falada no seu país de origem. Ademais, essas línguas e suas variações foram perpetuadas entre as primeiras gerações, especialmente na experiência da infância em compartilhar o cotidiano com os avós. Nesses contextos de

bilinguismo, para muitas crianças a língua estrangeira - língua materna ou língua de herança – foi a primeira a ser aprendida, sendo o português a segunda língua.

Considerando que nas antigas colônias de imigrantes italianos a língua falada foi a Língua Vêneta, língua de herança que permeou as muitas infâncias que compareceram naqueles espaços étnicos, o presente texto tem como objetivo analisar as práticas de oralidade das crianças nas colônias de imigrantes vênetos no Paraná por meio das memórias. Busca investigar como a infância lidou com as aprendizagens, as proibições e os castigos por serem bilíngues. Lançando mão das memórias de adultos nascidos entre as décadas de 1930 e 1950, a abordagem oral permitiu inventariar as representações, as práticas e os saberes aprendidos naquele contexto.

Por meio de entrevistas sociolinguísticas, foi possível recuperar os resquícios da memória do tempo da infância. O acervo utilizado está sobre a guarda do CEVEP (Centro de Estudos Vênetos no Paraná). O CEVEP é um grupo de pesquisa multidisciplinar cadastrado na Plataforma do CNPq desde 2018, que congrega pesquisadores e alunos de diferentes áreas do conhecimento Linguística, Arquitetura, Pedagogia e História, da UFPR, UNICENTRO, PUC-PR, IPHAN-PR. Também colaboram com o projeto membros da comunidade italiana das regiões que abrigaram colônias vênetas no Paraná, uma vez que um dos principais objetivos desse projeto é inventariar a Língua Vêneta/Talian no Paraná.

O material disponível foi gerado a partir de um amplo questionamento sobre as diferentes dimensões e aspectos da vida pessoal e comunitária, especialmente aquelas que configuram as aprendizagens das singularidades da fonologia dialetal vêneta-brasileira. O conteúdo das entrevistas foi entrecruzado com outras fontes documentais localizadas em arquivos públicos do Estado, nos quais foram consultadas as correspondências oficiais, tais como, requerimentos, ofícios e relatórios dos secretários, inspetores e professores.

As entrevistas sociolinguísticas com adultos de predominância da ascendência italiana (ítalo-brasileiros/vênetos) que fazem parte da segunda e terceira geração - netos/bisnetos de imigrantes italianos que chegaram à região em fins do século XIX – possibilitou compreender vários aspectos das práticas cotidianas aludidas à infância, entre elas as práticas de oralidade. Emergiu da memória um conjunto de experiências infantis naqueles contextos rural, comunitário e bilíngue. A memória foi tomada aqui em dimensões distintas, tanto na relação com os pais e avós imigrantes italianos ou descendentes, quantos nos relatos dos depoentes sobre o seu tempo de infância. Na verdade, a memória constituiu-se como porta voz de representações sobre aquelas infâncias.

Cumpre ressaltar que a presente investigação está fundamentada na História Cultural. Ancorada na análise da cultura enquanto prática, este estudo permite pensar nas estratégias e táticas de manutenção ou apagamento das línguas de diáspora, sendo a Língua Vêneta ou, o Talian, uma língua de herança ensinada às crianças ou apropriada por elas. Os estudos de Peyton, Ranard e McGinnis (2001), Ortale (2016) e Valdés (2005) auxiliaram a compreender os diferentes elementos que conferem alcunha as diferentes acepções as línguas de herança.

De acordo com Peyton, Ranard e McGinnis (2001), a língua de herança pode ser mencionada também como língua comunitária, minoritária, étnica ou ancestral. Cumpre notar a polissemia do termo, que coloca em evidencia a possibilidade de ser designado por

diferentes sentidos. Podemos destacar, de acordo com Ortale (2016, p. 23), que a acepção predominante sobre o termo é aquela que faz "referência à língua falada em casa em um país em que essa língua não é majoritária".

No Brasil, as línguas de imigração podem ser consideradas como línguas de herança, porque se constituem em línguas minoritárias, faladas e adquiridas no contexto dos grupos de imigrantes e comunidades de descendentes estabelecidos em um país de Língua Portuguesa. Alvarez (2006, p. 64) assevera que a língua de herança é aquela "aprendida no seio familiar desde tenra idade, pelo que, na maioria dos casos, é a primeira língua a ser adquirida pela criança".

Embora Ortale (2016, p. 27) nos oferece uma definição mais ampla para o termo língua de herança, como: "a língua com a qual uma pessoa possui identificação cultural e sentimento de pertencimento a determinada comunidade que a usa, seja por laços ancestrais, seja por convivência no mesmo ambiente sociocultural com falantes dessa língua"; cumpre ressaltar que no presente capítulo, as vozes cotejadas ressoam as memórias da infância de indivíduos que se relacionam com a Língua Vêneta, o Talian ou Vêneto Brasileiro, pelos laços de ancestralidade. Esse critério também serviu de base para estabelecer um corte na análise, que exclui a ideia de afiliação linguística, ou seja, aquela que de acordo com Ortale (2016) consiste em "incluir na categoria de aprendizes de língua de herança aqueles que não possuem vínculos ancestrais com a língua".

Podemos dizer que nas comunidades italianas de Curitiba existem indivíduos que não são descendentes mais que construíram vínculos emocionais com o Talian ou o Vêneto Brasileiro. Contudo, todos os depoentes eleitos para a análise aqui apresentada, são descendentes de imigrantes italianos e adquiriram a língua no convívio com os avós italianos, ou aqueles já nascidos no Brasil. Portanto, a concepção de língua de herança é entendida neste texto como aquela língua relacionada ao sentimento de pertencimento étnica assinalada pela ancestralidade.

Nesta direção, vale lembrar que nas famílias emigradas boa parte do processo de educação da infância foi desempenhada pelos *nonni/nuni*. Os saberes, especialmente a aprendizagem da Língua Vêneta, foram em grande parte transmitidos pelos avós. Essa relação estabelecida entre os ancestrais e a infância compunha um importante processo educativo geracional estabelecido nas colônias de imigrantes italianos no Paraná. Por outro lado, na escola a língua materna não era reconhecida, exigindo das crianças a aprendizagem da Língua Portuguesa. As proibições, restrições e castigos experimentados pelas crianças por falarem a Língua Vêneta, o Talian revelam ainda a singularidade da história da infância nas regiões de colonização estrangeira no Estado.

## 2 I AS COLÔNIAS ITALIANAS NO PARANÁ: LÍNGUA E ORGANIZAÇÃO DOS IMIGRANTES VÊNETOS

A região colonial italiana, ou seja, a parte do território paranaense que acolheu as primeiras colônias de imigrantes italianos em fins do século XIX concentra-se nos arredores da cidade da capital, correspondendo hoje a região metropolitana de Curitiba. Diante do insucesso no empreendimento de colônias agrícolas nas regiões litorâneas, criadas com

o intuito de estabelecer os peninsulares itálicos que chegavam ao Porto de Paranaguá, o planalto curitibano passou a abrigar esse contingente em colônias municipais, provinciais e particulares. Assim, em fins da década de 1870 foram criadas as colônias italianas de Antônio Rebouças, Santa Maria do Novo Tyrol da Boca da Serra, Dantas (Água Verde), Santa Felicidade e Alfredo Chaves. Na década posterior, teve lugar a criação das colônias italianas Presidente Faria (1886), Maria José (1887), Eufrásio Correia (1888), Silveira da Mota (1888), Balbino Cunha (1889) e Dona Mariana (1889), além de muitas outras colônias mistas que receberam concomitante aos imigrantes alemães e eslavos, os italianos (MASCHIO, 2014).

A presença do imigrante pretendia garantir a ocupação das terras devolutas, branquear o país e fomentar a produção de gêneros alimentícios. Por isso, a política imigratória paranaense preconizou a vinda de grupos de famílias, que por meio da obtenção própria dos lotes pudessem desenvolver nessas pequenas propriedades rurais, a agricultura de subsistência e a venda de excedentes. Assim, a mão de obra dos primeiros imigrantes se organizava em torno do trabalho familiar, mas também era requisitada para o atendimento das atividades industriais e no emprego das obras públicas na cidade. Portanto, a capital acolheu também pequenos grupos de italianos que se instalaram de modo aleatório na região.

De acordo com Giron e Bergamaschi (2004), o contingente itálico fixado no planalto de Curitiba até o ano de 1900 era de aproximadamente 10.000 indivíduos. Machioski (2018) argumenta que a maioria dessa população emigrada procedia da região do Vêneto. Dessa forma, comparecem nas colônias italianas indivíduos provenientes das diferentes províncias vênetas: Vicenza, Beluno, Treviso, Pádua, Verona, Veneza e Rovigo. Logo, a língua que prevaleceu nessas comunidades itálicas foi a Língua Vêneta e suas variantes, que com o desenvolvimento das colônias passou-se a constituir-se pela relação hibrida com a Língua Portuguesa, o Vêneto Brasileiro ou, o Talian. Uma *koiné* de base vêneta.

Conforme Cunha e Gabardo (2020, p. 840) “O Talian é uma das autodenominações para a língua de imigração falada no Brasil em algumas regiões de ocupação italiana”. É uma das principais línguas da imigração faladas no Sul do país, especialmente nas regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul, que recebeu um significativo contingente populacional proveniente do Vêneto. Depois do processo de negação ocorrido em função das campanhas de nacionalização nas décadas de 1930 e 1940, o Talian foi reconhecido no ano de 2014 pelo IPHAN quando foi incluído no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, como patrimônio imaterial Referência Cultural Brasileira (CUNHA; GABARDO, 2020). É essa língua que foi ensinada e apreendida pelas crianças no interior da família imigrante no Paraná. Constituída como língua de herança assinalada pela ancestralidade, os indícios dessa oralidade podem ser encontrados nas reminiscências do tempo de infância.

## 3 I A LÍNGUA DE HERANÇA E OS SABERES APREENDIDOS NO TEMPO COMPARTILHADO PELA CRIANÇA COM *I NONNI/NUNI*

A ancestralidade é uma relação importante para a aprendizagem da língua

de herança. O sentimento de pertencimento étnico motivado pelos laços parentais e comunitários construídos no interior da família foi fundamental para a manutenção da Língua Vêneta. As práticas de oralidade instituídas na profícua relação que se estabelecia entre os netos e os avós merece destaque nesta análise. Cumpre ressaltar que foi no tempo da infância compartilhado com *i nonni/nuni*, que os descendentes aprenderam a língua e outros saberes que organizam a vida social. Foi nessa relação parental e geracional que se projetava especialmente o vir a ser adulto. Os modos como a criança ítalo-brasileira foi representada, concebida e tratada, convergia na maioria das vezes na perpetuação do *ethos* camponês católico. Para Sarmento (2008, p. 20), "as crianças não sendo consideradas como seres sociais plenos, são percepcionados como estando em vias de o ser, por efeito da ação adulta sobre as novas gerações". Assim, entende-se que no interior da família imigrante e descendente, na relação com os adultos, a criança constituía desde cedo o sentimento de pertencimento étnico.

Cumpre ressaltar que a família camponesa imigrante se caracterizava por relações parentais extensas, uma vez que várias gerações habitavam o mesmo espaço familiar e laboral. Numa mesma casa podiam-se viver os avós, os pais, os filhos, os tios, sobrinhos e primos. A extensão das famílias era fundamental para garantir o sucesso econômico arregimentando mais braços para as lavouras, considerando que a vida cotidiana nessas comunidades agrícolas se desenvolvia quase que exclusivamente em torno do trabalho com a terra (MASCHIO, 2013). Geralmente as crianças pequenas permaneciam com os avós enquanto os pais trabalhavam. Portanto, a criança iniciava na vida comunitária pela mediação do adulto, que proporcionava a aprendizagem das técnicas de produção, o sentido pela manutenção da propriedade, a prática da fé católica, entre outros saberes constituintes da vida social.

A ambiência bilíngue das colônias nos arredores de Curitiba assinalou as experiências infantis dos descendentes. Um dos depoentes nascido na década de 1930 relata como o bilinguismo fez parte de sua infância.

> - Quando meu pai nasceu, nasceu aqui. O ***nono*** que veio da Itália. O pai dele. Sim! Todos falavam português, mas em casa tudo em Talian. Quando a gente ia pra escola sofria um pouco com o português.
>
> - Teu pai falava português? (Entrevistador)
>
> - Meu pai falava em português sim!
>
> - Mas com vocês sempre em Talian? (Entrevistador)
>
> - Sim, sempre em Talian, nunca em português.
>
> - Quando foi a escola não falava nada em português? (Entrevistador)
>
> - Em casa não, fora sim. Em casa tudo em Talian: Va ciapa la sapa! Ciapa la foice! Ciapa il cavaio! Va lava tal cosa che se è sporco! Tudo assim! Tudo em Talian! Com os ***nonos*** sempre em Talian.
>
> - Quando você foi para a escola sabia falar em português? (Entrevistador)
>
> - Sim, sabia falar em português, sim, sim!
>
> - As duas? (Português e Talian) (Entrevistador)
>
> - Sim, sim! (MASCHIO, 2019, ***tradução nossa***)

Filhos e netos de imigrantes adquiriram naturalmente e precocemente ambas as línguas: a língua de herança, nesse caso a Língua Vêneta; e a língua do país de destino - a Língua Portuguesa. De acordo com Valdés (2005), ainda que para muitos descendentes a língua de herança tenha sido a primeira, a língua materna, ela não se configura como a língua dominante. Observa-se que a língua de herança comparece na intimidade da família, enquanto que nas relações comunitárias mais amplas como a escola, por exemplo, a língua majoritária era o português.

Por meio das práticas de oralidade no cotidiano da vida familiar, os adultos foram capazes de compartilhar o seu tempo produtivo com as crianças, ensinando-as. Além de construir brinquedos e utensílios de uso cotidiano de forma conjunta, os adultos transmitiam de forma oral as histórias da Itália e os episódios da viagem. Lembranças das histórias familiares como as paisagens, as casas, as restrições, o trabalho, os conflitos, os milagres, as crenças e superstições, as doenças, a morte, a despedida, entre outros. De modo muito proveitoso, orações, cantos e historietas infantis eram ensinadas. As *filastrocches* ou as rimas infantis recitadas em Língua Vêneta, mantendo-se o seguimento fonético do final de cada verso permitiam que se estabelecesse uma relação afetiva entre as crianças e os adultos, uma vez que a aprendizagem dessas rimas pressupunha contato físico e visual entre netos e avós (MASCHIO, 2013).

As histórias de superstições eram certamente as que mais encantavam as crianças. Uma das depoentes lembra como o tempo livre da infância foi compartilhado com o bisavô vêneto, que lhe contava inúmeras histórias de assombrações:

> - Você lembra de alguma história antiga ou não? (Entrevistador)
>
> - Si de assombração! Ah, os antigos falavam tanto de assombração! E eu falo até hoje para as minhas crianças da assombração, eles sabem de tudo. Então das panelas de dinheiro. Isso me encanta essas histórias sabe? Até hoje nós achamos que aqui naquele canto tem uma panela de dinheiro enterrada. Porque meu *bisnono* via uma galinha que vinha dentro desse lado daqui, de noite, meia noite, escutava o barulho e dai ele olhava na janelinha e via a galinha vindo, uma galinha de ouro: co-co-re-co! E se sumia bem ali no canto atrás de uma palmeira que tinha. (GUENO, 2019)

Observa-se neste exemplar, que houve um significativo processo de contato linguístico, pois sua fala apresenta de forma híbrida as Línguas Vênetas, Portuguesa e Italiana. Ao lançar um olhar sobre a relação entre infância e língua de herança, entende-se que há uma forte associação entre aprendizagem e compreensão da língua e a história de vida pessoal do falante.

O fragmento acima também interessa a análise da efetividade das práticas de oralidade no interior das famílias em comunidades bilíngues. É inconteste que a interação realizada no processo geracional entre netos e avós como práticas cotidianas da infância, não foi apagada da memória daqueles descendentes. No caso analisado, observa-se que os saberes apreendidos com o bisnono são revisitados pela memória e foram reproduzidos com os filhos, perpetuando-se assim, a partir de novas configurações e elementos, os saberes ancestrais por meio das memórias do tempo da infância.

Por outro lado, nem sempre as crianças nas antigas colônias de imigrantes puderam

desfrutar de momentos de privilegiado diálogo e interação com os adultos. Havia também intercâmbios entre crianças e os nonni/nuni que eram marcados pelos silenciamentos e muita repreensão. A postura assumida por alguns adultos em relação à infância também foi de relações pouco interativas. Mesmo assim, pode-se verificar que os ofícios, as receitas, as práticas agrícolas, os trabalhos manuais (especialmente os bordados, o feitio das rendas, a costura para as meninas), eram transmitidos e apreendidos nesses momentos de vivencia intergeracional.

Interessante perceber nos indícios do depoimento a seguir, qual era a representação dos adultos com relação à criança. Como um ser ausente de razão e autonomia, a naturalidade com que as crianças desenvolviam os trabalhos cotidianos, revelava a forma como elas eram concebidas: como um ser inacabado que desde a mais tenra idade, deveria ser submetida ao processo educativo empreendido pela família, que tinha na figura dos avós o seu principal educador. O papel educativo da família naquele momento se tornava fundamental para introduzir a criança na vida comunitária e no mundo do trabalho.

Ao ser questionada sobre sua infância na década de 1950, Pietrobelli oferece indícios para compreender a relação com a aprendizagem do ofício, no auxílio dos trabalhos cotidianos. Mas cumpre ressaltar a relação que esta depoente estabelece entre a memória e a língua de herança. Sua fala demostra que mesmo com a pouca interação dialógica e afetiva com os adultos, especialmente com os avós com os quais passou o maior tempo de sua infância, a Língua Vêneta foi adquirida:

> - A gente brincava muito, muito!
>
> - Mas ajudava os pais, os *nonos*? (Entrevistador)
>
> - A gente trabalhava também, aí na casa do meu avô debulhava o milho pra eles pegar e levar para o moinho e trazer a farinha.
>
> - E o nono falava com você em que língua? (Entrevistador)
>
> - O nono non! Eles não se dirigiam às crianças. Não! No caso eles falavam meu vô, minha vó, minha tia, meu tio. Tinha minha tia que morava junto com a minha vó, que é da família Stela ela não falava italiano. Ela entendia o que eles falavam, mas ela não falava. Mas nós crianças entendíamos tudo o que eles falavam, pois a gente sempre tinha assim, não junto, mas a gente prestava atenção, mas eles não se dirigiam pra gente. Aqui era assim: criança é criança! Se chegasse uma pessoa estranha, as crianças fugiam e se escondia tudo que nem índio. (PIETROBELLI, 2019)

Observa-se pelo depoimento que neste caso, mesmo que os adultos não estabelecessem um diálogo direto com as crianças, a Língua Vêneta foi adquirida por observar os modos de falar. Para a depoente a relação que os pais, avós e tios instituíam com as crianças da família era unilateral e autoritária. Ao afirmar não falar a “língua italiana”, mas compreende-la, entende-se que o bilinguismo é caracterizado mesmo pelo domínio parcial de dois idiomas. De acordo Valdés (2005), uma das características dos indivíduos que convivem em comunidades bilíngues é a aprendizagem de ambas as línguas, não importanto o grau de proficiência. Portanto, mesmo que a depoente não tenha apreendido a falar a Língua Vêneta, ou o Talian – não tenha proficiência linguística - ela compreendia essa linguagem, e isso a tornava bilíngue. Nesse caso, a depoente adquiriu como língua

materna o português, e a língua de herança se constituiu como segunda língua.

Assim, são bilíngues porque mantém laços ancestrais. Ao partir desse pressuposto, entende-se que a Língua Vêneta, o Talian se constitui como língua de herança, apreendida de forma involuntária em decorrência das práticas de oralidade experimentadas pelas crianças na ambiência em que essa língua prevalecia. Consequentemente, língua de herança é aquela de relevância familiar, falada ou compreendida.

Nas comunidades de imigrantes italianos no Paraná é possível encontrar nas reminiscências da infância, crianças que morando em uma casa em que não se falava o português, cresceram falando ou compreendendo a língua falada no interior da casa (a língua de herança). Todavia, mesmo que não falasse a Língua Vêneta, o Talian essa criança pode ser considerada bilíngue, e essa condição deixou marcas indeléveis na memória de muitos descendentes.

## 4 I AS MEMÓRIAS DA LÍNGUA DE HERANÇA EM MEIO AOS ESTIGMAS DO TEMPO DE ESCOLA

Ao longo do século XX a historiografia tem oferecido muitos estudos para compreender as implicações das políticas de nacionalização do ensino no Brasil. O incomodo gerado pelo falar uma das línguas de imigração, em decorrência das campanhas de nacionalização desde 1900, mobilizou em certos momentos o apagamento ou a negação da identidade linguística imigrante. A obra de Claudemir de Quadros lançada no ano de 2014 enuncia com seu sugestivo título, que *Uma gota Amarga* foi derramada pelos diferentes imigrantes e seus descendentes nos períodos de maior repreensão da ditadura do Estado Novo, por perpetuarem as línguas da imigração.

Mesmo diante dos sucessivos processos de reconhecimento das línguas de imigração como patrimônio cultural imaterial brasileiro, conservar a língua de herança foi um problema enfrentado por muitos descendentes. Isso porque os ressentimentos pela proibição ou depreciação de falar a língua herdada, reverberam ainda hoje as cicatrizes do tempo da escola.

A escolarização, como processo de aquisição da língua escrita, lança mão de uma gramática escolar ancorada em estrutura humana, simbólica e material que cria mecanismos e dispositivos de persuasão sobre a infância. O sofrimento físico e moral dos alunos diante das dificuldades em aprender a Língua Portuguesa foram partes constituintes de uma cultura escolar instituída nas escolas de colonização estrangeira. Humilhações, castigos, evasões e ressentimentos somavam-se às tentativas de autocontrole em não falar a Língua Vêneta, o Talian, bem como, o esforço por aprender um novo idioma. Mas era difícil evitar falar em público uma língua disseminada majoritariamente no universo familiar (MASCHIO, 2014).

Uma das depoentes nascidas na década de 1940 relatou que a ida a escola foi um processo muito difícil. Para muitos descendentes de imigrantes italianos, o fonema da letra “r” e “rr” pode ser configurado como um dos principais motivos pelos quais seriam hostilizados no processo de alfabetização na escola. Ao trazer os resquícios dos elementos constituintes da língua de herança, como por exemplo, o fonema “r” no seu modo de falar, a

criança colocava em evidencia o seu pertencimento étnico, e, portanto, tornava-se diferente perante os demais alunos.

> - Você foi à escola? (Entrevistador)
>
> - Sim.
>
> - E como era? (Entrevistador)
>
> - Ah... era difícil. No começo era difícil, porque a gente falava diferente, um "erre" só. Então a gente foi numa escola onde tinha muita criança diferente.
>
> - Isso era aqui na Colônia? (Entrevistador)
>
> - Não. Era na Campina Grande do Sul. E eles davam muita risada do jeito da gente falar. E naquela sala, por ser num loteamento, lá onde é o Eugênia Maria, só tinha eu de diferente. Então foi difícil. (FERRARINI, 2019, *tradução nossa*)

As práticas de oralidade na escola evidenciavam de um lado, a dificuldade em aprender o idioma nacional, do outro, a autovigilância em não falar ou pronunciar os fonemas (os sotaques) daquele idioma. Apreendida naturalmente e precocemente no seio familiar, entre os colóquios feitos quase que exclusivamente em Língua Vêneta, ou Talian (MASCHIO, 2020), a língua de herança mobilizava diferentes emoções. E esses sentimentos influenciavam significativamente o processo individual de escolarizar-se.

> As crianças, principalmente das regiões rurais que adquiriram a língua portuguesa com essas marcas, sofrem esse mesmo preconceito – e até mesmo são estigmatizadas – entre seus pares, na escola. E essa não dispõe de mecanismos para integrá-los nem informações suficientes para lhe assegurar um lugar tranquilo de desenvolvimento de saberes e competências, sem que se sintam diminuídos perante uma outra realidade. Tais crianças, mesmo sendo bilíngues passivas, ou mesmo monolíngues do português, sofrem pelas marcas da língua portuguesa que adquiriram e não pela influencia de uma outra língua em sua fala (FAGGION, p. 139)

Ao analisar os depoimentos dos descendentes na região colonial italiana de Curitiba, Cunha e Gabardo (2020) asseveram que os episódios de depreciação dos modos de falar experimentados por esses indivíduos em diferentes momentos na escola, geravam sentimentos de medo e vergonha, ocasionando os silenciamentos e até mesmo a negação. Esses processos impediram que essa língua de herança pudesse ser continuamente apreendida no interior das famílias, sendo muito poucas as crianças que ainda hoje falam a Língua Vêneta, o Talian nessas regiões. Contudo, como acreditam os autores, ainda que o processo compulsório de nacionalização do ensino tenha reforçado as atitudes linguísticas negativas em relação a língua, ela ainda está lá, adormecida. Assim, em meio às cicatrizes do tempo da escola, às reminiscências do tempo de ser criança assinalada com os traços do seu pertencimento étnico em uma sociedade onde a língua majoritária não é a língua de herança, é possível encontrar os resquícios desse falar e das práticas de oralidade em torno dela, quando as memórias da infância são acionadas.

## 5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os saberes transmitidos em Língua Vêneta, e a própria língua, compuseram o processo educativo geracional no interior da família imigrante. Os *nonni/nuni* foram os principais responsáveis por transmitir esses saberes, pois se posicionavam no interior da família mais próximos da infância. Da mesma forma, as crianças estabeleciam uma relação de aprendizagem afetiva e efetiva com os avós. Além dos ofícios, orações e histórias, as crianças se desenvolviam em torno dos anseios do mundo adulto, projetados em grande parte pelos pais e operacionalizados pelos avós.

Por outro lado, mesmo nas relações unilaterais entre os adultos e as crianças, a Língua Vêneta foi apreendida em decorrência da convivência conjunta entre falantes em um universo bilíngue. As práticas de oralidade no interior das famílias imigrantes e de seus descendentes foram fundamentais para que a língua de herança fosse apreendida, não importando a grau de proficiência. Assim, a Língua Vêneta, ou o Talian foi uma importante herança que a infância nas colônias de imigrantes vênetos no Paraná legou dos seus ancestrais.

## REFERÊNCIAS


ALVAREZ, M.L.O. O falante de herança: à procura de sua identidade. In: ALVAREZ, M. L. O; GONÇALVES, L. **O Mundo do Português e o Português no mundo afora**: especificidades, implicações, ações. Campinas, SP: Pontes, 2016, p. 59-85.

CUNHA, K. M. R.; GABARDO, D. Talian: língua negada e (re) conhecida pelos descendentes vênetos de Curitiba e região metropolitana. **Revista X**, v. 15, n. 6, p. 840-858, 2020.

FAGGION, Carmem M. Bilinguismo precoce e estigma. In: GIRON, Loraine Slomp; RADUNZ, Roberto (Orgs.). **Imigração e Cultura**. Caxias, RS: Educs, 2007. p. 133-142.

GIRON, Lorraine S.; BERGAMASCHI, Heloisa E. **Terra e homens**: colônias e colonos no Brasil. Caxias, RS: EDUCS, 2004.

MACHIOSKI, F. L. **Uma luta Ultramontana:** o discurso do padre Pietro Colbacchini e o forjar da identidade dos imigrantes italianos em Curitiba no final do século XIX (1886-1901). Dissertação, Curitiba: UFPR, 2018.

MASCHIO, E. C. F. Nas fendas abertas da memória: ser criança ítalo-brasileira nas antigas colônias italianas do Paraná entre os anos de 1910 a 1930. In: MIMESSE, E. (org.). **Bambini piccoli**: a infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras. Jundiaí, SP: Paco, 2020, p. 123-156.

________. Escolas da imigração italiana no Paraná: a constituição da escolarização primária nas colônias italianas In: LUCHESE, T. A. (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014, v.1, p. 213-231.

________. Os imigrantes italianos, seus descendentes e suas escolas frente às campanhas de nacionalização do ensino em Curitiba/Paraná (1900-1930). In: QUADROS, Claudemir de**. Uma gota amarga**: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria, RS: UFMS, 2014. p. 259-290.

________. A infância contadina nas colônias italianas de Curitiba no Paraná. In: MIMESSE, E. (org.). **Bambini brasiliani**: a infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras. Jundiaí, SP: Paco, 2013, p. 55-92.

ORTALE, F. L. **A formação de uma professora de italiano como língua de herança:** o Pós-Método como caminho para uma prática docente de autoria. Tese, FFLCHUSP: São Paulo, 2016.

ORTALE, F.L.; MAGGIO, G.; BACCIN, P. Identidade e bilinguismo em contexto de núcleo familiar de imigrantes italianos. **Revista de Italianística**, n. 146-163, 2015. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/italianistica/article/view/116218.

PARANÁ. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretario Geral de Estado.** Typ. Da Penitenciária do Estado: Curitiba, 1920.

________. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Ofício.** 1890, p. 109.

PEYTON, J.K.; RANARD, D.A; MCGINNIS, S. (Eds.). **Heritage languages in America:** Preserving a national resource. Washington: DC & McHenry, IL: Center for Applied Linguistics & Delta Systems, 2001.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto. GOUVEA, Maria Cristina de Soares. **Estudos da Infância**: educação práticas sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 17-39.

VALDÉS, G. Bilingualism, Heritage Language Learners and SLA Research: Opportunities lost or Seized? **The modern language journal**, v.89, n.3, p. 410-426, 2005.

**ENTREVISTAS**

MASCHIO, I. Entrevistado em 14/04/2019, Diego Gabardo, transcrição Elaine C. F. Maschio.

PIETROBELLI, A. Entrevistada em 24/03/2019, Moises Stival, transcrição Elaine C. F. Maschio.

GUENO, R. Entrevistada em 27/04/2019, Marta Cavalli Cavassin, transcrição Elaine C. F. Maschio.

FERRARINI, G. Entrevistada em 27/04/2019, Marta Cavalli Cavassin, transcrição Elaine C. F. Maschio.

# CAPÍTULO 5

## ORIENTAÇÕES CATÓLICAS PARA A INFÂNCIA ÍTALO-BRASILEIRA DE CURITIBA E REGIÃO (1926 – 1965)

*Data de aceite: 19/04/2021*

*Data da submissão: 15/03/2021*

**Mara Francieli Motin**
Universidade Federal do Paraná
Curitiba – Paraná
http://lattes.cnpq.br/4407320175355628

**RESUMO**: A temática deste artigo está voltada para os discursos que congregações italianas direcionaram à infância que esteve às voltas dos campanários de Colombo/PR e Santa Felicidade/PR, entre 1926 e 1965. Para isso, objetiva-se extrair dos documentos produzidos pelos Padres e Irmãs Passionistas, Padres Scalabrinianos e Irmãs do Sagrado Coração de Jesus, as orientações de como tratar, para a formação educacional, essa parcela específica dessas comunidades. As quatro congregações juntas, a partir de 1926, tiveram importante atuação em Curitiba e Região na interseção entre a esfera educacional e religiosa, para a infância de descendentes de italianos. As fontes desta discussão perpassam por orientações escritas pelos fundadores destas congregações e outras circulares vindas da Casa Geral, na Itália, as quais chegaram a estes institutos e comunidades, no Brasil. Por estes documentos de produção híbrida, Lawan (2014) contribui para pensar que existe uma articulação moldada pelo ambiente, mas este local vai para além das suas fronteiras espaciais, sendo um espaço determinado por interconexões, que neste artigo relaciono com Brasil e Itália. Este primeiro movimento de elencar as ideias que viajaram com estes institutos, é importante para perceber as discussões e posteriormente comparar como estas foram moldadas pelas comunidades, transformando os discursos em práticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação católica italiana; infância descendente de italianos; congregações católicas.

### CATHOLIC ORIENTATIONS FOR THE ITALO-BRAZILIAN CHILDHOOD OF CURITIBA AND REGION (1926 – 1965)

**ABSTRACT**: The theme of this article is focused on the speeches that Italian congregations directed to the childhood that was around the bell towers of Colombo and Santa Felicidade in Parana, between 1926 and 1965. For this purpose, the objective is to extract from the documents produced by the Fathers and Passionist Sisters, Scalabrinian Fathers and Sisters of the Sacred Heart of Jesus, guidelines on how to treat, for educational formation, this specific portion of these communities. The four congregations together, starting in 1926, played an important role in Curitiba and the Region surrounding at the intersection between the educational and religious spheres, for the childhood of Italian descendants. The sources of this discussion went through guidelines written by the founders of these congregations and other documents coming from the General House in Italy, which reached these institutes and communities in Brazil. Through these hybrid produced documents, Lawan (2014) contribuites to think that there is an articulation shaped by the environment, but this place goes beyond its spatial borders, being a space determined by interconnections, which in this article I relate to Brazil and Italy. This first movement of listing the ideas that traveled with these institutes is important to understand the discussions and later compare how they were shaped by the communities, transforming the

discourses into practices.

**KEYWORDS:** italian catholic education; italian descended childhood; catholic congregations.

## 1 I INTRODUÇÃO

Discutir as propostas de congregações católicas italianas para a infância que cresceu às voltas dos campanários de Colombo e Santa Felicidade, traz como contexto parte da história da imigração italiana no Paraná. Essas localidades compõem o rol de colônias, fundadas por imigrantes italianos que adentraram as terras paranaenses, no final da década de 1870, e tiveram inicialmente uma breve estadia no litoral, onde não se adaptaram e nem obtiveram condições de sobrevivência, mudando-se para o primeiro planalto deste Estado pouco tempo após a sua chegada. A cidade de Colombo tem em sua composição as antigas colônias Alfredo Chaves, Antonio Prado, Presidente Faria e Eufrásio Correia; já Santa Felicidade continuou sendo uma colônia italiana de Curitiba.

Estes dois locais trazem algumas especificidades em comum. Primeiramente, reuniram um contingente bastante significativo de imigrantes italianos, em relação a outras colônias, sendo que "a quase totalidade, cêrca de 90%, dos agricultores e pequenos artesãos italianos que colonizaram terras paranaenses, veio do Vêneto" (BALHANA, 1958, p. 33). Além disso, Colombo e Santa Felicidade reuniram congregações católicas italianas, tanto femininas quanto masculinas, que se envolveram nas práticas das comunidades e consequentemente na formação educacional da infância destes locais.

Este atendimento religioso, principalmente por ordens e congregações europeias, entre o final do século XIX e início do século XX, além do contexto católico de um modelo de reforma da Igreja a nível mundial, também foi propiciado pela imigração. No caso da italiana, é possível destacar que houve uma transposição pelos mares de famílias e crianças, acompanhada também de costumes e projeções de uma nova vida. Com a entrada de mais pessoas, em terras pouco desenvolvidas, estas ofereciam sua mão de obra, mas reivindicavam por alguns pedidos, sendo o atendimento religioso um item posto nas rogativas destes sujeitos.

Em Colombo e Santa Felicidade, as congregações católicas italianas, tanto masculinas quanto femininas, atuaram na formação educacional da comunidade, bem como da infância imigrante e descendente, por meio de escolas, catequese e outras práticas. Na localidade de Santa Felicidade foram os Padres Scalabrinianos e as Irmãs do Sagrado Coração de Jesus que se fizeram presentes. Já em Colombo, dentro do recorte temporal de 1926/1927 a 1965, as congregações de origem italianas que serão enfatizadas neste trabalho são os Padres e as Irmãs Passionistas.

Diante deste quadro, tendo como objetivo pensar na história da infância e ressaltando que este campo não se faz somente com fontes produzidas por crianças, existe um conjunto importante de documentos destas congregações, que se colocam como produções adultas, como relatórios e recomendações italianas destinadas a estes institutos no Brasil, que trazem como escopo a infância. Alguns destes materiais são de produção híbrida, escritos tanto em português como em italiano, corroborando com a ideia de um espaço de interconexões em que um local está para além das suas fronteiras (LAWAN,

2014).

A partir deste contexto de localidades que têm suas marcas na imigração italiana, que reúnem descendentes e congregações católicas femininas e masculinas da mesma etnia, objetiva-se destacar nos documentos produzidos pelos Padres e Irmãs Passionistas, Padres Scalabrinianos e Irmãs do Sagrado Coração de Jesus, as orientações de como estas instituições religiosas conduziram uma formação educacional ampliada e para além dos muros escolares, visando uma parcela específica das comunidades atendidas: a infância.

## 2 | ESCRITOS QUE ATRAVESSARAM O ATLÂNTICO

Ao atravessarem o Atlântico, os imigrantes italianos trouxeram consigo seus modos de viver e traços de uma nova cultura. As raízes católicas são uma das marcas dos vênetos que imigraram para o Paraná. No relatório de 1914, sobre as colônias da região sul, Pesciolini (1914, p. 264, tradução do autor) escreve que a Igreja era um símbolo para estes sujeitos e para o seu grupo social, citando que: “O colono leva uma vida fechada no círculo da família; a única manifestação de vida social, o único encontro é a igreja”.

Menções nesta direção podem levar a pensar em uma representação da Igreja como principal instituição social para estes descendentes. Mas pela assertiva de Chartier (1990), embora esta representação aspire uma universalidade, ela é baseada nos interesses do grupo que a forja, em discursos que não são neutros e “[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros [...]” (CHARTIER, 1990, p. 17). Mesmo com o seu status e marcas de uma raiz cultural, a Igreja organizava e discutia propostas, algumas destas para a formação da infância destes descendentes.

Para trazer à tona os sujeitos e suas propostas para a infância descendente de italianos, entram em cena algumas das ideias que partem como viajantes com as congregações, pelos escritos e postulados de fundadores/superiores, que foram encontrados nos acervos históricos destes institutos em Curitiba e Região.

Sobre a origem destes institutos, destaco que uma das primeiras entidades de atendimento aos imigrantes italianos na segunda metade do século XIX, teve origem com a Sociedade dos Missionários de São Carlos (Padres Scalabrinianos), fundada em 1887, pelo Bispo de Piacenza, João Batista Scalabrini. Como a sua criação foi justamente para o atendimento destes sujeitos pela via da Igreja Católica e assistência, logo a congregação começou a expansão, principalmente pelas Américas que recebiam nesse período um contingente expressivo dessa imigração. Em 1890, os Padres desembarcaram em Curitiba. Para colocar em prática um dos propósitos que era a educação dos imigrantes e seus descendentes, e ainda na seara do catolicismo, os Scalabrinianos trabalharam em conjunto com as Irmãs do Sagrado Coração. Esta congregação surge com o apoio de Scalabrini, quando a fundadora, Madre Clélia, “no dia 20 de setembro de 1899, recebeu a visita de D. Scalabrini que as abençoou e definiu o compromisso de darem assistência aos imigrantes italianos em terra estrangeira” (WERNET; SBRÍSSIA; SIMÕES, 1999, p. 48).

Já os Padres Passionistas desembarcaram no Paraná, em 1911, a pedidos de Dom

João Francisco Braga, iniciando o atendimento no litoral do Estado. Atuaram em missões nos bairros Umbará, Santa Felicidade, Rondinha, Colombo e Água Verde, além de dirigirem por um período paróquias em Antonina, Guaratuba e Guaraqueçaba, Bocaíuva, Piraquara e Campina Grande do Sul. Em Colombo chegaram no ano de 1915 e estão presentes até hoje. A história desta congregação não é marcada desde os seus primórdios para o atendimento aos imigrantes italianos, como foi o caso dos Scalabrinianos, mas o "Livro das Crônicas do Convento do Calvário (1911 – 1952)", de São Paulo/SP, traz que a chegada deles a esta cidade deu-se por um pedido do Arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva para que: "abrissem um Convento deles em São Paulo para a assistência religiosa da numerosa Colônia Italiana que ali reside" (PASSIONISTAS, 1911).

As Irmãs Passionistas também têm sua origem na Itália, pelas ações sociais de Maria Madalena Frescobaldi Capponi, voltadas para a educação feminina, em uma assistência social às prostitutas, nas primeiras décadas de 1800. Mas é somente nas primeiras décadas do século XX que temos a expansão do Instituto para outros países iniciando com o Brasil, em 1919, a convite dos Padres Passionistas, no atendimento a órfãos, no Estado de São Paulo. Desde os primórdios o projeto das Passionistas tem relação com a caridade e a assistência religiosa, em um atendimento voltado para mulheres marginalizadas, e adentram ao Brasil ainda na seara da assistência social, incluindo Curitiba na lista, em 1926. Porém, quando chegam a Colombo, em 1927, passam a atender a educação da infância da antiga colônia italiana (MOTIN, 2016).

Mesmo em outro local, estes institutos ainda tinham ligação com a Itália, seja pela forma subjetiva, como pelos traços culturais de uma formação marcada pelas origens, bem como a obediência à casa geral, que ficava na Itália, de onde enviavam avisos e autorizavam (e recomendavam) as ações que seriam postas em prática no novo continente de atuação, como abertura de escolas, catequese para as crianças, entre outras orientações.

Nesta linha, Lawan (2014) faz uma crítica de que a história da educação, às vezes, trata os objetos de estudo como algo naturalmente nacional, com fronteiras impermeáveis. Esta pesquisa está inevitavelmente associada a um lugar que "[...] têm objetivos locais, com culturas e economias próprias, no entanto elas produzem e existem em um espaço material e imaginativo [...]". O autor, amparado em Livingstone, demarca este espaço social como facilitador e condicionador para um espaço discurso, em que as ideias são produzidas e moldadas pelo ambiente, porém, este é um espaço determinado por interconexões (LAWAN, 2014, p. 140). Para isto, viajam com as congregações os sujeitos (padres e freiras), mas também as ideias nascentes na Itália.

Os fundadores e/ou superiores gerais destas congregações não vieram de forma permanente às novas localidades de atuação para trabalhar próximo à comunidade e às crianças; fizeram algumas visitas pontuais, deixando outros padres e freiras dos seus institutos responsáveis pelo trabalho braçal com a comunidade. No entanto, mesmo com esta aparente distância, eles são uma referência nas orientações e normas para as práticas fora do continente europeu.

Para a organização e atuação nos outros países, desde o início, Scalabrini, fundador da Congregação dos Padres Scalabrinianos, colocou em circulação orientações e algumas destas foram traduzidas e constam no livro "A emigração italiana na América" – Scalabrini

(1979).

João Batista Scalabrini nasceu no ano de 1839, em Fino Mornasco (Como), Itália. Foi Bispo de Piacenza e é considerado pai dos emigrantes. Fundou em 28 de novembro de 1887 a Congregação dos Missionários de São Carlos, além de uma sociedade laica de assistência aos emigrantes, chamada São Rafael. Segundo os Padres Geremia e Vivian (2004), no livro “Santa Felicidade – Curitiba: o início de uma bela história”, Scalabrini esteve em Curitiba, do dia 18 de agosto de 1904 até próximo ao dia 07 de setembro de 1904, quando chegou ao Rio Grande do Sul. Scalabrini faleceu no ano seguinte, em Piacenza.

Uma característica interessante colocada no escrito de Scalabrini e que circulou no Brasil é a ênfase no atendimento aos católicos italianos e o apego a estas raízes, já que para as crianças a ordem era: “ensinar na escola, junto com as primeiras noções da matemática, a língua materna e um pouco de história nacional, para manter ativo nos irmãos distantes o amor à pátria e ardente o desejo de revê-la” (SCALABRINI, 1979, p. 118). Este excerto das orientações pode dar a ideia de que, mesmo do outro lado do Atlântico, a preocupação de atendimento a criança emigrante era manter a ligação com a antiga pátria, pela via da educação.

No caminho da instrução religiosa e das ideias que viajam, a fundadora das Irmãs Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, Madre Merloni, também escrevia. Madre Clelia Merloni nasceu em Forli, no dia 10 de março de 1861. Inicialmente entrou para a congregação das Filhas de Maria da Divina Providência, porém, ao contrair tuberculose, precisou deixar a instituição. Um livro comemorativo da congregação (PRATI, MELO, 1999) traz que ao ser curada, como parte de sua promessa, ela fundou o Instituto das Apóstola do Sagrado Coração de Jesus, em 1894. Em 1900, Scalabrini aprovou as constituições elaboradas por Merloni (ad experimentum), abrindo o instituto para atendimentos além-mar, chegando ao Brasil em 1900 e aos Estados Unidos em 1902. Merloni faleceu no dia 21 de novembro de 1930.

Não se tem a data de produção, mas a fundadora das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus deixou um caderno manuscrito cujas fotos com a sua reprodução se encontram no arquivo de Curitiba, com oito lições de formação religiosa e educacional, discutindo as seguintes questões:

> D-1 - Quem são os cristãos? D-2 – Que coisas distinguem o verdadeiro cristão dos pagãos? D-3 - Como era a caridade dos cristãos primitivos? D-4 - Os primeiros cristãos exerceram essa caridade apenas para aqueles que exerceram sua religião? D-5 - Mas por que os cristãos [...]; D-6 - Você quer ouvir um exemplo? D-7 - Quais são as mais graves consequências da ignorância religiosa? D-8 - Por que o ensino elementar não é suficiente para o jovem católico?  (MERLONI, s.d., tradução do autor).

Os excertos escritos por Merloni passam por defender o conhecimento da doutrina cristã. A Madre defende nestas lições uma formação em que os sujeitos devam sentir necessidade de não se limitar a um conhecimento, mas alargar o horizonte, pois “a <<religião mostra extensões e alterações dignas dos maiores gênios>>” (MERLONI, s.d., tradução do autor). Essa escrita de Merloni também demonstra a sua ideia de uma catequese e a amplitude das lições, colocando a religião no primeiro plano e depois a

instrução elementar dos jovens.

Se os caminhos da fé eram indicados assim por Merloni e o seu instituto, as Passionistas também tinham textos de sua fundadora, a Marquesa Frescobaldi. Maria Maddalena nasceu no ano de 1771, em Florença. No início dos anos de 1800, participou de um grupo que frequentava um hospital daquela cidade. Lá começou a ter contato com mulheres prostitutas. Com isso criou uma escola para estas pessoas, fundando a Confraria "As Ancilas da Caridade" e abrindo o "Ritiro Santa Maria Maddalena Penitente", que, em 1815, recebeu a autorização do Papa Pio VII para que quatro jovens que frequentavam o local tomassem o hábito religioso. Poucos anos depois, Frescobaldi pediu que a comunidade fosse agregada aos Padres Passionistas, sendo então considerada a fundadora desta congregação feminina. Maria Maddalena faleceu em 8 de abril de 1839 (MOTIN; ORLANDO, 2015).

Foram muitos anos depois da morte de sua fundadora que as Passionistas expandiram o atendimento para escolas e a outros países, porém, em um dos seus escritos, a Marquesa deixou uma definição sobre o que era a educação: "[...] uma arte cujo fruto é o homem, a pessoa madura, capaz de inserir-se no mundo com o conhecimento de si mesmo, dos outros, de Deus e do valor da vida" (CONSTITUIÇÃO de 1830 apud PASSIONISTAS, 1993, p. 67).

Mas não somente os escritos dos fundadores foram enviados às comunidades, havia também produções feitas após algumas décadas da imigração. Em um dos documentos preservados na Paróquia de Santa Felicidade, mesmo sendo mais recente, esse segue a linha das possibilidades de trabalho com a comunidade e a infância, em que na "Lettera del Superiore Generale" aos missionários Scalabrinianos, mantém as referências do fundador e consequente ao trabalho com os imigrantes e no subtópico zelo, ressaltam o cuidado especial que se deve ter para com as crianças: "Cuideis das crianças, eduquei-as no catecismo, organizei-as em associações católicas, acostumadas à piedade: são a esperança da Igreja, os germes dessa sociedade, que amanhã a conduzirão" (SCALABRINIANOS, 1952, p. 12, tradução do autor).

Estas congregações, atuando em comunidades étnicas, com famílias numerosas, com uma população infantil bastante expressiva, poderiam considerar as crianças como mais do que a "esperança da Igreja", mas também uma boa estratégia simbólica para construir suas relações locais e reforçar outras frentes do instituto, principalmente com as novas vocações brasileiras.

Mas não foram apenas documentos e orientações que viajaram da Itália para o Brasil. Além de ideias e propostas, vale destacar que muitos religiosos já estabelecidos no Brasil, fizeram viagens curtas para a Itália. Padre Brescianini, por exemplo, foi pessoalmente buscar as Irmãs do Sagrado Coração. Segundo as informações que constam em livros da Congregação, Pe. Francesco Brescianini chegou em Santa Felicidade no dia 16 de julho de 1895, permitindo uma redistribuição no trabalho das colônias que constituíam a capelania italiana, redefinida em 1º de novembro de 1895, por um decreto do Bispo de Curitiba (BRAIDO, 1978). Brescianini participou, em conjunto com outro religioso, da abertura da casa das Irmãs e escolas, deixando a colônia em 30 de abril de 1906 (GEREMIA; VIVIAN, 2004).

Outro exemplo é a Irmã Farani, ícone na formação religiosa da Congregação das Irmãs Passionistas no Brasil, que também esteve na Itália e deixou o seu registro, em diversas cartas. Antonieta Farani, filha de italianos, nasceu em Curitiba, no ano de 1906. Antes de entrar para a Congregação das Irmãs Passionistas, lecionou em uma escola do Capivari, no município de Colombo. Como religiosa passou por diversas casas da congregação, inclusive em Curitiba. Em 1963, tornou-se a primeira brasileira Superiora Provincial das Passionistas no Brasil, mas no mesmo ano faleceu. Atualmente ela é considerada venerável (MAZZAROTTO, 1990; SANTA CRUZ, 1982).

Em uma das cartas da viagem de Farani enviada ao Brasil, datada no dia 28 de novembro de 1950, mesmo não sendo endereçada às crianças do Paraná, tem uma mensagem no final, que pode ser um indicativo de como a congregação pensava a formação infantil:

> Caríssimas crianças da Escola Paroquial
>
> Estou na Itália mas lembro muito de vocês. [...]
>
> Como é linda uma Escola Paroquial. Visitei diversas aqui, das nossas Irmãs, e quanto recordei essa querida Escola. [...]
>
> Vi o Santo Padre, escutei cantos da Cruzada, assisti missa de crianças, tudo isso logo me lembrava essas alminhas que "Jesus Crucificado" pôs no caminho de nossa vida.
>
> Crianças, sejam pequenos Passionistas! (FARANI apud PASSIONISTAS, 1996, p. 143-144)

A Itália também parecia estar de olho no que estes religiosos faziam no Brasil. As Passionistas iniciaram sua trajetória neste país com religiosas italianas, sendo a Irmã Anunciata Innanzi, junto com as Irmãs Boaventura Sabani e Águeda Lopai, que desembarcaram no ano de 1919. Inicialmente estas religiosas atenderam um abrigo em São Paulo, voltado para meninas órfãs ou que por outros motivos necessitassem viver em regime de internato. No ano de 1926, Madre Anunciata foi eleita a responsável pela Casa brasileira. Neste mesmo ano houve a expansão do atendimento das Irmãs para Curitiba e em 1927 para Colombo, atendendo a infância pela via escolar (MOTIN; ORLANDO, 2015). No ano de 1958, Ir. Anunciata, a Superiora das Irmãs Passionistas no Brasil na época, recebeu um reconhecimento do governo italiano pelos trabalhos feitos aqui.

> O Presidente da República Italiana
>
> Presidente da ordem da estrela da solidariedade italiana
>
> Sobre a proposta do Ministro Secretário de Estado para as Políticas Externas, ouvido o conselho da Ordem da Estrela da Solidariedade Italiana, com Decreto em 20 de agosto de 1958, conferiu a Estrela da Solidariedade Italiana de 3ª classe com a escolha de ostentar o sinal estabelecido para esta grande honra.
>
> Para Rev. Madre Annunciata Innanzi.
>
> O Ministro Secretário de Estado para as Políticas Externas. (ITÁLIA, 1958, tradução do autor)

Padre Alberto, outro sujeito que deixou rastros significativos do seu trabalho com as crianças, também viajou para a Itália, na cidade de Padova, no final da década de 1920, época em que estava à frente da Paróquia de Colombo, deixando um registro fotográfico, conforme a figura 1. José Casavecchia, Alberto da Santa Cruz, nasceu em 30 de outubro de 1884, em Ceprano, Itália. Em 1919 desembarcou no Brasil. Na cidade de Colombo, esteve em dois momentos distintos, sendo primeiramente entre os anos de 1923 e 1939, e depois entre 1943 e 1947. Este sacerdote era bastante articulado social e politicamente na comunidade, angariando crianças para as vocações Passionistas, além do seu nome figurar nos jornais, com notícias de festas em Colombo, entre outros (MAZZAROTTO; BASSANI, 2000).

FIGURA 1 - PADRE ALBERTO, EM PADOVA, NO FINAL DA DÉCADA DE 1920

FONTE: Acervo iconográfico da Associação Italiana Padre Alberto Casavecchia.

No texto “Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories”, Gruzinski (2001, p. 177) destaca que:

> (...) mesmo considerando as diferenças, a retórica da alteridade opõe outros obstáculos tão temíveis como o isolamento das historiografias nacionais. Para além das diferenças cultivadas pelos antropólogos, compete ao historiador fazer aparecer as continuidades, as conexões ou as simples passagens muitas vezes minimizadas (quando não são excluídas da análise).

Ao visualizar Pe. Alberto na Itália ou as cartas de Farani contando sobre a sua viagem, a conexão com este país parece óbvia quando se tem congregações à frente de diversas ações para os descendentes e imigrantes de italianos. Mas é importante ressaltar que estes últimos não iam passar férias na Itália e depois retornavam. A maioria saiu de lá na década de 1870 e nunca mais pisou na sua terra natal, e a maior parte da infância destas comunidades atendidas não conheceu pessoalmente o país dos seus antepassados. Estas conexões apontadas até o momento, entre estes sujeitos e a Itália, pelos religiosos, possivelmente foram as ligações mais fortes das antigas colônias e a infância, com a península.

Os indícios levantados, postos em circulação em Colombo e Santa Felicidade, a partir das orientações dos fundadores italianos, e o contato direto com religiosos desta etnia ou que viajavam para este país, demonstram que a infância não era uma parcela negligenciada das comunidades atendidas. Os padres e freiras propunham uma formação religiosa e educacional às crianças, para além dos muros escolares, marcada por traços de uma etnicidade.

## 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transposição pelos mares de famílias inteiras, com sujeitos de todas as idades, incluindo na leva de imigrantes as crianças, impulsiona uma organização social na nova terra, que com o decorrer dos anos também reivindica atendimentos religiosos. As localidades de Colombo e Santa Felicidade trouxeram como fundo a imigração italiana, o desenvolvimento das antigas colônias e a chegada de congregações desta mesma etnia, com os Padres e as Irmãs Passionistas, os Padres Scalabrinianos e as Irmãs do Sagrado Coração de Jesus. Estas congregações católicas transpuseram nas comunidades em que estavam alocadas as orientações dos fundadores e da casa geral italiana, destacando, ao seu modo, formas de atender à infância.

Os documentos apontados neste artigo demonstram a preocupação destes institutos em educar essas crianças em um sentido amplo, com propostas para além dos muros escolares, ressaltando também as características étnicas. Era destacada a importância de ensinar o italiano e a história daquele país para manter vivo o amor à antiga pátria e a vontade de revê-la, além da formação religiosa, até mesmo antes das instruções elementares, colocando as crianças como o futuro da Igreja (e possivelmente como estratégia para o desenvolvimento e ampliação destas congregações no Brasil).

É possível demarcar indícios de uma italianidade entre os padres, as freiras e a infância nas antigas colônias. A Itália na vida das crianças descendentes que estes religiosos

estavam atendendo era um signo ausente, presente nas histórias e lembranças dos mais antigos, mas ainda assim era uma ligação entre estes e as congregações. Este elo, de um lugar de origem, talvez fosse também um dos fatores que reforçava a representação da Igreja para estes sujeitos.

## REFERÊNCIAS


BALHANA, Altiva P. **Santa Felicidade:** um processo de assimilação. Curitiba: Tip. João Haupt., 1958.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Trad. Ephraim F. Alves, 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 175-195.

LAWN, Martin. Um conhecimento complexo: o historiador da educação e as circulações transfronteiriças. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, PR, v. 14, n. 1 (34), p. 127-144, jan./abr. 2014.

MOTIN, Mara F. **Entre Igreja, escola e sociedade**: as Irmãs Passionistas na construção de uma representação identitária em Colombo/PR, (1927 - 1978). 2016. 192 f. Dissertação, Educação, PUCPR, 2016. Disponível em: http://www.biblioteca.pucpr.br/pergamum/biblioteca/img.php?arquivo=/000060/00006043.pdf Acesso em: 05 abr. 2020.

MOTIN, Mara F.; ORLANDO, Evelyn de A. Da origem na Itália à expansão para o Brasil: a constituição da Congregação das Irmãs Passionistas, os personagens e suas trajetórias. **Revista Eletrônica Documento/Monumento.** Cuiabá, MT, v. 15, n. 1, 2015, p. 65 – 86.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. The Spectator, ou as metamorfoses do periódico: um estudo em tradução cultural. In: BURKE, Peter; HSIA, R. Po-chia (orgs). **A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PRATI, Ivo; MELO, Sonia. **Apóstolas do Sagrado Coração**: cem anos de presença no Brasil 1900-2000. IASCJ: Curitiba, 1999.

WERNET, Augustin; SBRÍSSIA, Fernanda; SIMÕES, Cleamaria. **Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus**: 100 anos a serviço do amor. Bauru, SP: EDUSC: 1999.

BRAIDO, Jacir F. **O bairro que chegou num navio**: Santa Felicidade, centenário. Curitiba: Lítero-técnica, 1978.

GEREMIA, Mário; VIVIAN, Ervino. **Santa Felicidade – Curitiba:** o início de uma bela história. São Paulo: Loyola, 2004.

ITÁLIA. **Stella della Solidarietà Italiana di 3ª classe**. [s.l.]: [s.n.], 1958.

MAZZAROTTO, Sílvio. **A cantora do amor.** Coleção Ave Maria. [s.l]:  Indústria Gráfica Bentivegna, 1990.

MAZZAROTTO, Sílvio; BASSANI, Alcides D. **Nossos antepassados**: necrologia dos religiosos da província do Calvário, de 1921 a 1999. São Paulo: [s.n.], 2000.

MERLONI, Clélia. **Che cosa significa e quali doveri impone il nome di Cristiani.** [s.l]: [s.n.], [s.d.].

PASSIONISTAS. Livro das Crônicas do Convento do Calvário (1911 – 1952). Acervo da Paróquia do Calvário, [s.l]: [s.n.],1911.

PASSIONISTAS. **A caminho de um projeto educativo passionista:** marco referencial. [s.l.]: [s.n.], 1993.

PASSIONISTAS. **Horizontes de Pedagogia Passionistas.** [s.l.]: [s.n.], 1996.

PESCIOLINI, Ranieri V. **Le colonie italiane nel Brasile Meridional**. Torino: Fratelli Bocca, 1914.

SANTA CRUZ, Afonso de. **A Freira do Perdão... (Maria Farani)**. 5 ed.  Rosário: Curitiba, 1982.

SCALABRINI, João B. **A emigração italiana na América**. Porto Alegre: EST, 1979.

SCALABRINIANOS. **Lettera del Superiore Generale.** [s.l.]: [s.n.], 1952.

# CAPÍTULO 6

# SOB A TUTELA DO ESTADO: A SUSPENSÃO DO PÁTRIO PODER NACASA DO PEQUENO JORNALEIRO (CURITIBA, 1960-1980)

*Data de aceite: 19/04/2021*

*Data da submissão: 15/03/2021*

**Nicolle Taner de Lima**
Universidade Federal do Paraná Campo Largo – Paraná
http://lattes.cnpq.br/3053453654717016

**RESUMO:** A Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba foi uma instituição que existiu entre os anos 1942 e 2002. Durante boa parte de sua existência, se destinava a abrigar meninos e prestar auxílio educacional e moral através da disciplina e trabalho, que os internos exerciam como vendedores de jornais e revistas pela cidade. De acordo com o estatuto e relatórios da instituição, a Casa abrigava "menores" órfãos e abandonados. Entretanto, ao analisar os prontuários individuais dos jornaleiros, pode-se perceber que são poucos os que, efetivamente, seriam abandonados - muitos deles possuíam família e conviveram com seus familiares antes de serem destinados às instituições. Issose devia ao fato de que, segundo o Código de Menores de 1927, era possível haver uma interferência do Estado caso a família solicitasse auxílio ou, entre outras questões, se entendesse que a convivência com o núcleo familiar colocasse a saúde, a segurança ou a moralidade da criança em risco. Dessa forma, o Estado tinha respaldo para interferir, suspender ou destituir o pátrio poder e tomar essa responsabilidade para si e, desse modo, as instituições estaduais exerciam o cuidado (e o controle) sobre essas crianças - a Casa do Pequeno Jornaleiro era uma dessas entidades. Nas páginas que se seguem, realizo uma análise sobre a destituição ou suspensão do pátrio poder no que se refere à CAPEJO e a seus jornaleiros, a partir da legislação que dispõe sobre tais questões e dos documentos institucionais, como os prontuários individuais dos garotos e relatórios anuais da Casa, com o intuito de contribuir com as discussões sobre História das Infâncias e Juventudes, sobretudo quando se trata de historicizar as políticas públicas para a infância no estado do Paraná.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Infância e Juventude; Casa do Pequeno Jornaleiro; Código de Menores; Pátrio Poder.

## UNDER THE GUARDIANSHIP OF THE STATE: THE SUSPENSION OFTHE PATERNAL POWER IN THE "CASA DO PEQUENO JORNALEIRO" (CURITIBA, 1960-1980)

**ABSTRACT:** The "Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba" (CAPEJO) was an institution that existed between 1942 and 2002. During a considerable part of itsexistence, it was destined to accommodate boys and provide educational and moral assistance through discipline and work, which the boys practiced as sellersof newspapers and magazines through the city. According to the statute and reports of the institution, it accommodated orphaned and abandoned "minors". However, by analyzing the individual records of the newsboys, one can notice that few were actually abandoned - many had families and lived with them beforebeing sent to the institutions. This is because, according to the Minors' Code of 1927, the State could interfere if the family asked for assistance or, among otherissues, if it was understood that living with the family put the health, safety or morality of the child at risk. Thus, the State had the support to interfere, suspend or dismiss the paternal power and take this

responsibility. That way, the state institutions took care (and control) of these children, and the Casa do Pequeno Jornaleiro was one of these entities. In the following pages, I analyze the dismissal or suspension of the paternal power concerning the CAPEJO and its newsboys based on the legislation that addresses these questions and the institution's documents, such as the individual records of the boys and annual reports of the institution. The objective is to contribute with discussions about theHistory of Childhood and Youth, especially regarding the historicization of publicpolicies for childhood in the state of Paraná.
**KEYWORDS:** History of Childhood and Youth; Casa do Pequeno Jornaleiro; Minors' Code; Paternal Power.

## 1 I INTRODUÇÃO

Sancionado pelo presidente Washington Luís através do Decreto 17. 943, o Código Mello Mattos, conhecido popularmente como Código de Menoresde 1927, é considerado um marco jurídico na História da Infância no Brasil. Para Vicente Faleiros (1995, p. 63), apesar de que o código trazia a questão da infância como "problema do menor", aliando abrigo e disciplina, assistência e repressão, este decreto trazia também as obrigações do Estado em proteger aspessoas.

O texto da lei percebe a criança e o jovem pobre como um problema social, se apoiando em uma doutrina jurídica salvacionista. Entre outras coisas, institui o termo jurídico *menor* a partir de uma faixa etária (menores de 18 anos)e responsabiliza tanto os pais, quanto o Estado pela criação e educação da criança e do jovem. Já no início do texto do Código de Menores de 1927 é possível entender quais eram os alvos desta política, bem como quais eram suasfinalidades:

> Art. 1º O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade, será submettido pela autoridadecompetente as medidas de assistencia e protecção contidas neste Codigo.

O segundo artigo disserta "Das Creanças da Primeira Idade" evidencia essa questão da proteção do menor, da vida: tratando especificamente das crianças entregues à doação, o Código afirma que esta criança torna-se objeto da vigilância pública, "(...) com o fim de lhe proteger a vida e a saude."

Desde a primeira infância, a família e a casa, bem como o tutor que prestava abrigo em caso de ser uma criança exposta, poderiam receber visitas de autoridades e a recusa em recebê-los poderia culminar em crime de desobediência e desacato (art 4º). Esta visita gerava, muitas vezes, relatórios que descreviam minuciosamente a situação da família e se não havia nada queincorresse na incapacidade ou negligência dos pais ou tutores – que poderia sertanto maus tratos (art 34, inciso III), como aqueles que deixavam o filho em "estado de vadiagem, mendicidade, libertinagem, criminalidade" ou aquele que facilitasse a "perversão" do filho (idem, inciso II) ou ainda, o que o empregasse em "occupações prohibidas ou manifestamente contrarias à moral e aos bons costumes" (inciso IV). Nessas visitas e perícias, caso ficasse entendido que o pai, mãe ou tutor da criança não podia garantir sozinho a vida e a saúde desse, o Estado poderia retirar ou suspender o pátrio poder, como alerta o Artigo 31, doCódigo de Menores de 1927. Abaixo a redação do referido

artigo:

> Nos casos em que a provada negligencia, a incapacidade, o abuso depoder, os máos exemplos, a crueldade, a exploração, á perversidade, ou o crime do pae, mãe ou tutor podem comprometer a saude, segurança ou moralidade do filho ou pupillo, a autoridade competente decretará a suspensão ou a perda do patrio poder ou a destituição da tutela, como no caso couber. (Capítulo V, Art 31).

A destituição do poder paterno, portanto, significava que o Estado tinha respaldo para interferir quando entendesse que a família não era adequada para criar, proteger e educar os filhos, ou mesmo quando a família solicitasse essa ajuda do Estado. Havia ainda a possibilidade de que a criança poderia serencontrada perambulando pelas ruas e essa situação é prevista pelo o artigo 56:

> Si no prazo de trinta dias, a datar da entrada em, juizo o menor fugitivo ou perdido, [...] não fôr reclamado por quem de direito, o juiz, declarando-o abandonado, dar-lhe-ha conveniente destino. Todavia, aqualquer tempo que o responsavel reclamar, o menor poderá ser-lhe restituído.

Os artigos mencionados do Código são especialmente importantes para o texto que aqui apresento. A partir dessa legislação que se refere ao pátrio poder e a sua suspensão, apresento uma análise de alguns casos selecionados de fontes documentais (com recorte temporal entre os anos 1960 e 1980) acerca de meninos abrigados na Casa do Pequeno Jornaleiro e como essa questão da privação dessa relação familiar pelo Estado se apresentava. Questões sobre configurações familiares, interferência dos juízes de menores e até mesmo solicitações vindas dos próprios garotos, foram observados pela perspectiva da História das Infâncias e Juventudes no Brasil, que compreende as crianças e jovens como sujeitos, atores sociais, status que historicamente lhes foi negado.

## 2 | A CASA DO PEQUENO JORNALEIRO DE CURITIBA

A Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba foi fundada em 1942, durante o governo do interventor Manoel Ribas e foi idealizado pela sua esposa, Dona Anita Ribas. O propósito da Casa era abrigar meninos, em geral de famílias empobrecidas, "prestando-lhe assistência material, moral e intelectual*" (*Extrato dos Estatutos CAPEJO, 1942). O estatuto também utiliza o termo "encaminhar os menores vendedores de jornais" - o que afirma a existência dessa atividade laboral exercida por crianças, mas também o "encaminhar", que sugere que estavam "desencaminhados", "perdidos", "desvirtuados"; esses termos são de uso constante nos relatórios da instituição, de modo a informar como os garotos teriam sido tirados de um possível caminho da delinquência (este pensamento era comum à época, relacionando a pobreza com a criminalidade, na esteira das ideias eugenistas).

Essa instituição abrigava meninos, dos 10 aos 18 anos, que moravam nessa sede, localizada à Rua Saldanha Marinho, bem no centro da capital paranaense. Fornecia alimentação, cuidados médicos e odontológicos, doutrinação religiosa e também havia, no próprio prédio, um grupo escolar que ofertava os primeiros anos do ensino formal. Os meninos

dormiam, tomavam banho, estudavam, brincavam... além disso, e talvez mais significativo, trabalhavam.

O trabalho foi tido como eixo moralizador não só da Casa, mas de várias políticas oficias do Estado Brasileiro, principalmente, a partir do governo Vargas, no Estado Novo. No discurso do lançamento da pedra fundamental, já explicitava que uma de suas tarefas era fazer com que estes percebessem o valor do trabalho:

> Sob o teto acolhedor de grande abrigo, que vai, aqui, erguer-se, dentro em breve, encontrarão fé, esperanças e alegrias, acolhimento e amparo, gerações e gerações de crianças pobres. [...] educar-se-ão com esmero, trilharão, amparadas, os duros e incertos caminhos da vida, para se formarem na escola do trabalho, sob a orientação poderosa da educação, sadios de corpo e de espírito.

Durante a Ditadura Militar, as crianças e jovens foram compreendidos não só como potenciais criminosos ou ociosos, mas também como virtuais subversivos (BECHER, 2012, p. 73). A população infantojuvenil oriunda dos grupos populares foi colocada como objeto principal da Justiça de Menores, não só através dos processos de criminalização da pobreza, mas na contenção, desde cedo, da contestação e revolta social (REIS, 2015, p. 45).

Uma ação mais enérgica por parte do Estado em relação às famílias dos grupos populares e os considerados “menores”, se relacionava com a situação política durante o Regime e a difusão da ideia do “perigo comunista” diretamente associada à Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Para tanto, o governo militar criou a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), aprovada pelo Congresso em 20 de novembro de 1964, através da Lei número 4.513. Esta teria como função estudar e pesquisar o chamado problema do menor, planejar soluções, orientar, coordenar e fiscalizar as entidades da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM). A PNBEM foi apresentada em setembro de 1965, nove meses depois da FUNABEM e foi pensada para centralizar as políticas assistenciais visando a difusão dos ideais do regime e legitimá-lo frente à população por estar combatendo o “problema dos ‘menores’” (VOGEL, 1995, p. 304).

No bojo desse sistema de ideias, sobrepondo-se aos direitos políticos e individuais, estava uma série de valores ligados à preservação da família, do trabalho, da propriedade e da obediência às normas políticas e jurídicas. (BESCHER, 2012, p. 72). As políticas de incentivo ao trabalho e da moralização através do labor se direcionavam especialmente às pessoas menos abastadas, “(...) pois se acreditava fielmente que o trabalho era a única forma de fazer com que os filhos da classe trabalhadora não caíssem na temida “marginalidade e delinquência” (BUIAR, CONCEIÇÃO, 2014, p. 595).

Na Casa do Pequeno Jornaleiro, esse trabalho era realizado através da venda de jornais e revistas pelas ruas da cidade. Os garotos saíam cedo para buscar os exemplares nas sedes dos folhetins, voltavam para separar a quantidade que lhes era atribuída e partiam em seus roteiros, vendendo em pontos fixos ou rotas pré-estabelecidas. Retornavam por volta do meio dia, para almoçar e prestar contas. À tarde, brincavam, faziam cursos ou estudavam (o que poderia ser feito à noite também, dependendo da oferta das instituições de ensino).

O uso do uniforme era obrigatório durante o trabalho, bem como portar consigo uma carteirinha de identificação (imagem 1) - marcando propositalmente uma diferenciação entre esses meninos e os outros que transitavam pelas vias. O dia-a-dia do pequeno jornaleiro era bastante atarefado, com o trabalho que não cessava nem aos fins de semana, estudos, aulas de reforço... tudo com horários definidos e normas muito rígidas, com diversos mecanismos de controle, vigilância, controle do tempo e espaço, premiações e sanções; muitos dos requisitos que permitem interpretar o código de conduta como uma lógica disciplinar (FOUCAULT, 2009).

PARANA

ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR
Casa do Pequeno Jornaleiro
CURITIBA
N.º - 71 -

Nome

Filiação

Nascimento | Naturalidade

Data | Diretor

Imagem 1: Carteirinha de identificação expedida pelo Instituto de Assistência ao Menor (IAM). Acervo da autora.

Dois aspectos diferenciavam a Casa de outras instituições de abrigamento ou internamento que existiam por todo o Paraná no mesmo período: o primeiro, o fato de que não representava uma instituição de reclusão, como outras, onde as crianças ficavam isoladas na maior parte do tempo, em orfanatos ou patronatos; e a segunda era a questão de que parte dos valores arrecadados com a venda dos jornais e revistas era destinada a uma poupança no extinto Banco Banestado e ficava rendendo até sua retirada quando o garoto completasse 18 anos – ou antes, mediante autorização do juiz; ou seja, circulavam pela cidade e seu trabalho era recompensado financeiramente, ainda que mal remunerado ou como um prêmio futuro.

A instituição existiu até 2002, passou por diversas instâncias: primeiro, atuou como organização civil, depois, em 1962 fica aos cuidados do Estado e nos anos 1980, da prefeitura municipal de Curitiba. Abrigou centenas e centenas de garotos, que passaram por lá, moraram, fizeram amigos, estudaram, trabalhavam sob o sol ou chuva, participaram das atividades culturais ou esportivas propostas pelo Instituto de Assistência ao Menor (IAM), um órgão estadual que se ocupava justamente das associações para jovens e crianças, abandonados, órfãos, pobres, trabalhadores. Foi uma instituição que teve sua importância

histórica, para a cidade e nas trajetórias desses meninos e suas famílias.

## 3 I O PODER FAMILIAR E SUA SUSPENSÃO

A configuração de família dos grupos populares era muito diferente da almejada pelas autoridades judiciárias que difundiam a norma familiar burguesa. i Principalmente nos grupos populares, ela se apresentava muito dinâmica e distinta desse modelo incentivado pelo Estado. Enquanto na classe média o núcleo familiar é/era reduzido, naqueles a rede consanguínea é mais extensa e fluida (FONSECA, 2002). Devido a essas diferenças e a um longo histórico de representações sociais negativas dos grupos populares (*idem*, p. 17), legitimava- se a interferência dos representantes do Estado nas relações que se davam no âmbito da família e que poderia culminar na retirada ou suspensão do pátrio poder. Apesar de apenas uma parcela da população brasileira viver em uma família nuclear burguesa, é a referida configuração que permeava os discursos que circulavam nos periódicos impressos, nos noticiários, as novelas, nos comerciais e na legislação.

Conforme mencionado na introdução deste capítulo, o Estado tinha respaldo para interferir quando entendesse que a família não era adequada para criar, proteger e educar os filhos, ou mesmo quando a família solicitasse essa ajuda do Estado como é o caso de vários dos pequenos jornaleiros, por exemplo, o menino Túlio.[ii] Internado em março de 1966, filho de pai mineiro e mãe paulista; as fontes permitem afirmar que a família passava por dificuldades financeiras: casados em Astorga, filhos nascidos em outras cidades do interior paranaense, o casal se mudou para a capital, logo solicitou ajuda ao Juizado de Menores e Túlio foi internado pelo motivo de "desajuste econômico". Em seu prontuário, encontram-se vários ofícios solicitando que o menino pudesse passar as férias de fim de ano ou feriados prolongados com sua família no Barigui, como antigamente era chamada a região de alguns bairros de Curitiba; quando completou a maioridade, pode morar novamente com os pais.

Esse prontuário traz à tona dois pontos importantes para esta investigação: o caso de famílias que solicitavam apoio do Juizado de Menores quando impossibilitadas de cuidar de seus filhos/as e o fato de que estes eram considerados abandonados, mesmo tendo família. Isto porque o Estado tomava para si a responsabilidade de manter essa criança, mesmo que momentaneamente, respaldado, nesse caso, pelo inciso 3º do Artigo 26, do Código Mello Matos que considerava também abandonados aqueles "que tenham pae, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para, com o filho ou pupillo ou protegido".

A maioria das admissões se relacionava a fatores econômicos e, como informam os prontuários, questões familiares. Apesar de que as fontes não exploram muito o significado do termo, há 06 prontuários que listam "desajuste familiar" como motivo da internação. Seu uso pode se referir tanto ao olhar externo de quem preenche a ficha de entrada e realiza a entrevista inicial, quanto uma assimilação possível do discurso do que se considerava à época como modelo familiar. No gráfico a seguir, são identificados os dados relacionados aos motivos de internação:
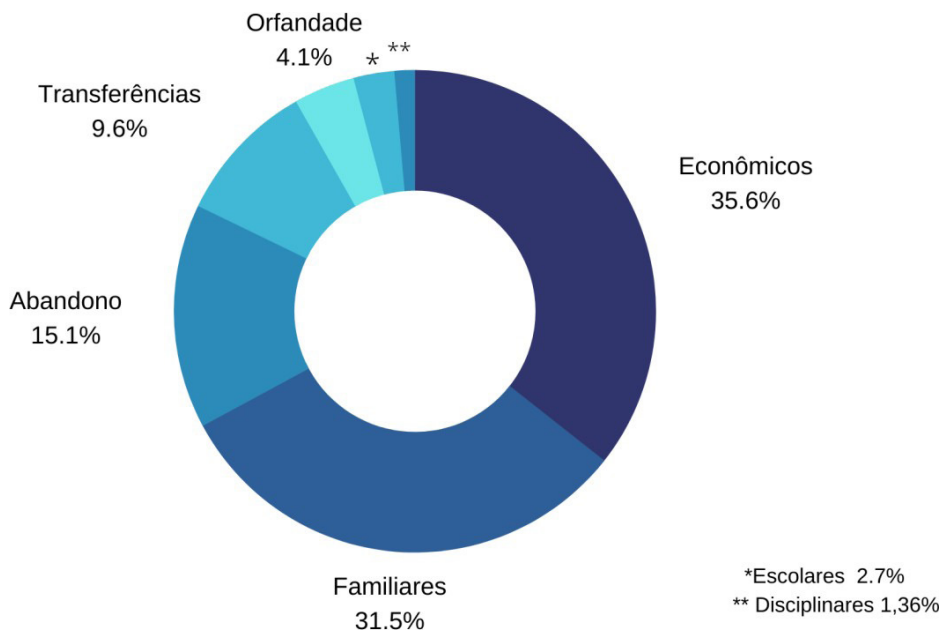
Gráfico 1: Motivos para o internamento

Gráfico 1: motivos de internamento – foram considerados aqui 53 prontuários, já que em 45 das fontes consultadas não possuem informação sobre essa motivação. Aqueles que mencionam, trazem razões que se inter-relacionam, portanto, estão listados 73 justificativas, onde: Econômicos somam 26, Familiares, 23, Abandono, 11, Transferências de outras instituições, 07, Orfandade, 03, Escolares, 02, Disciplinares, 01. Fonte: Elaborada pela autora a partir dos prontuários.

Isto posto, apresento aqui algumas das interpretações para a questão do "desajuste familiar", como cita a documentação. Entre os prontuários dos jornaleiros há 10 fichas dos meninos com a presença da palavra "ignorado" no campo referente à paternidade; 3 são as fichas que não possuíam nenhuma informação sobre os pais; em 7 há a informação de que os pais haviam falecido. Tal fato demonstra que 20 mulheres não tinham ajuda dos pais dos garotos para a criação dos filhos e solicitaram, não somente por esse motivo, ajuda do Estado para garantir a sobrevivência e a disciplina de seus filhos.

Apesar do número de "mães desconhecidas" e o uso do termo "ignorada" ser inferior para o campo da maternidade, o falecimento das mães é apontado em 12 casos. O falecimento das esposas motivou vários pais a levarem seus filhos para a instituição. Era corrente o uso da expressão "órfão unilateral" no campo "motivo de internamento", o que pode indicar uma possível legitimidade que tinham o pai e mãe que eram viúvos para internar seus filhos. É pertinente, entretanto, refletir sobre a possibilidade de que, mesmo constando em suas certidões os nomes de pai e mãe, isso não significa que os genitores estivessem presentes ou que a criança coabitasse com a família no período anterior à internação.

No caso do menino Dito,[iii] a configuração familiar foi um dos motivos para que ele próprio pedisse sua admissão. Segundo seu prontuário, a família vivia em condições

precárias com o agravante de seu pai sofrer do Mal de Hansen– o que influenciou muito possivelmente a decisão do Setor de Serviço Social em solicitar a sua vaga. É provável que o relato do garoto afirmando ter sido abandonado por sua mãe e que esta possuía um novo companheiro com quem o menino não mantinha bom convívio, também tenha contribuído para essa deliberação.

A ficha de Pedro, [iv] que já tinha 15 anos quando se tornou *pequeno jornaleiro*, informa que sua mãe era casada no momento em que solicitou seu internamento. Entretanto, segundo o prontuário, "o pai do menor foi preso, por motivo de crime de morte, a mãe achou-se desamparada [e] por este motivo internou o filho nesta casa." (*sic*). A mãe de Pedro, para poder criar seus cinco filhos, foi trabalhar no norte do estado do Paraná, pedindo a colocação do menino para a CAPEJO. Já Rita, mãe de Renato[v] e de outras cinco crianças, tirava seu sustento de seu ofício de cozinheira em uma pensão. Segundo o prontuário, "o menor veio para este estabelecimento porque sua mãe foi **obrigada a trabalhar fora**". É possível compreender o trecho grifado como um indício do discurso da época, em que o lugar da mulher-mãe deveria ser o lar, cuidando dos filhos e realizando os serviços domésticos. Rita precisava prover toda a renda da casa sozinha, sendo seus filhos todos pequenos e por isso, segundo a fonte, recorreu à institucionalização. O fato de não ser casada possivelmente colaborou com o parecer favorável à internação de Renato.

É importante ressaltar que apesar de os genitores homens serem citados na certidão de nascimento, isso não significava que eram presentes ou assumiam a função da paternidade, ou ainda, que contribuíam economicamente para o sustento da família (FONSECA, 2002, p. 84). Muitas são as mães que solicitaram a colocação de seus filhos na CAPEJO motivadas por serem solteiras, separadas ou viúvas e as únicas responsáveis pelas despesas familiares e cuidado com as crianças. É plausível mesmo questionar a questão da viuvez das mulheres: o fato de que as mulheres se declaravam viúvas podia não significar que seus companheiros tivessem falecido, isto porque, possivelmente muitas se pronunciavam viúvas para não registrar que eram "mães solteiras", tiveram relações afetivas fugazes ou que foram deixadas por seus maridos ou companheiros. Ainda, podiam fazer uso desse discurso do desamparo a seu favor, facilitando que a sentença de admissão de seus filhos e lograr êxito em sua necessidade de que fossem institucionalizados.

## 4 I VOLTANDO PARA O CONVÍVIO FAMILIAR

Como constatado no tópico anterior, os motivos para a internação dos garotos na CAPEJO se entrelaçavam, visto que, muitas vezes, era apenas uma pessoa a responsável pela manutenção financeira da família, por um dos cônjuges ser falecido, ou devido a possíveis separações conjugais – na visão da instituição, a primeira questão era nomeada como "desajuste financeiro", "renda insuficiente" ou apenas elencado o motivo como "situação financeira", já o segundo, como "desajuste" ou "desarranjo familiar". Entretanto, a partir dos prontuários, foi possível perceber que dos 98 meninos que fazem parte do recorte aqui analisado, 17 voltaram a coabitar com seus familiares. Exponho então algumas reflexões acerca dos pretextos que levariam então a instituição e o IAM autorizarem a reinserção desse garoto na família, mesmo que em algum período anterior as tenha considerado inadequadas.

Entre os 17 prontuários de garotos que retornaram para suas famílias, são 07 os que relacionam o desligamento ao comportamento e 10 que não mencionam seu motivo. Sobre o comportamento, são duas as relações traçadas nos prontuários: o não se adequar à conduta da CAPEJO e a posse indevida de quantias monetárias. No primeiro caso, são utilizados termos como “não se adequa à conduta da Casa”, “não vem correspondendo às normas exigidas”, “não se ajusta ao regime da Casa”, e no segundo, em geral, se utiliza a expressão “vem contraindo débitos constantes”, junto ao valor da dívida do menino.

Em duas situações, os prontuários indicam o não ajustamento às normas e também os débitos monetários, o que pode indicar que havia uma distinção entre um e outro motivo, já que se informou os dois. Pode-se interpretar, desse modo, o não se adequar como relacionado diretamente à questão da disciplina, diferente da posse indevida de quantias – caso de 03 meninos.

Frequentemente, o familiar responsável assinava uma declaração de compromisso, como no caso de Renato e sua mãe, Rita, já citados nesse texto: “Em vista das razões expostas pelo diretor da Casa do Pequeno Jornaleiro, à respeito da conduta do meu filho Renato nessa instituição, declaro que nesta data, o mesmo passará a residir em minha companhia. Curitiba, 8 de abril de 1963”. [vi] É constante também a presença da informação sobre o endereço em que o menino habitaria. Assim aconteceu com outros 08 meninos. Isso pode indicar que o IAM anexava esse dado para manter ainda relações que implicavam vínculo e vigilância sobre estes garotos e sobre a família dos mesmos.

Há também outras duas possíveis interpretações sobre aqueles prontuários que não indicam motivos para o desligamento. A melhora na situação econômica da família e o retorno do garoto justamente para proporcionar tal ascensão, visto que com o avançar de sua idade, poderia trabalhar em outras atividades que propiciassem um maior rendimento. Somam cinco os prontuários que permitem levantar essa hipótese, sobre os adolescentes ajudarem na renda familiar - a mãe de Raul, que havia sido desligado por se apossar de valores da venda dos jornais, chegou a declarar “estar necessitando dele em casa”. [vii] Já o padrasto de Osmar, menino que também contraiu débitos, solicitou o desligamento do garoto após o período de apenas quatro meses na CAPEJO, alegando poder sustentá-lo, [viii] o que coloca em questão se esse era mesmo o caso, se o mau comportamento do jornaleiro foi algo motivador ou se, passados esses poucos meses, a família reviu sua opinião.

Ao esmiuçar os dados referentes ao retorno desses garotos às suas famílias, pode-se observar que nem sempre esse processo era tranquilo, ou motivado por laços afetivos ou desejos de regresso. Muitas vezes, a conduta do garoto era utilizada como justificativa para seu desligamento, ou ainda, a eminência de uma transferência para outra instituição pautada em uma disciplina mais rigorosa também pode ter sido um motivador para que os pais (em geral, a mãe) buscassem o menino.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A destituição do poder paterno ou sua suspensão era uma responsabilidade do Estado, prevista pelo Código de Menores de 1927. Essa legislação preconizava diversas atribuições tanto para os pais das crianças, quanto para o poder público e garantia essa

interferência quando se constatasse que o convívio familiar não era adequado para os infantes, seja por questões econômicas ou por aquelas consideradas da ordem da moral e dos bons costumes. Nesse caso, muitas atitudes despertavam a desconfiança das autoridades e motivavam denúncias.

Para o Estado, de acordo com Patrice Schuch, a família era tanto o lugar de suspeita, quanto o objeto e o instrumento de intervenção a fim de que estabelecesse normas e regras tidas como essenciais ao convívio entre parentes (SCHUCH, 2013, p. 312). Vicente Faleiros argumenta que, ao mesmo tempo em que o Estado interfere no pátrio poder para proteger a criança de abusos, busca fortalecer a família enquanto símbolo e controle da vida social (FALEIROS, 1995, p. 51). Outras políticas se pautam pela mesma ideologia, como a Política do Bem-Estar do Menor, que sinalizava a preocupação com os novos arranjos familiares e com a falência do modelo patriarcal (MIRANDA, 2015).

Na Casa do Pequeno Jornaleiro foi possível perceber, a partir da documentação consultada que, de fato, existia essa interferência do Estado, através da figura do Juiz de Menores, principalmente. A criação dos juizados de menores foi motivada pelo Código de Menores de 1927 e as atribuições dos juízes estavam expressas no capítulo I intitulado "Do Juizo Privativo de Menores Abandonados e Delinquentes", algumas delas seriam:

> (...) processar e julgar o abandono de menores de 18 annos, nos termos deste Codigo e os crimes ou contravenções por elles perpetrados" (Art. 147, I), "inquirir e examinar o estado physico, mental e moral dos menores, que comparecerem a juizo, e, ao mesmo tempo, a situação social, moral e economica dos paes, tutores e responsáveis por sua guarda (Art. 147, II), fiscalizar o trabalho dos menores (Art. 147,XI), "fiscalizar os estabelecimentos de preservação e de reforma, e quaesquer outros em que se achem menores sob sua jurisdição, tomando as providencias que lhe parecerem necessárias" (Art. 147, XII) (LIMA, 2017, p. 26).

Motivado pelas denúncias de vizinhos ou mesmo pela solicitação dos familiares, o Juiz de Menores sentenciava a destituição do poder paterno para que o Instituto de Assistência ao Menor destinasse a criança a uma instituição que considerasse adequada ou para aquela que ofertasse vagas no momento. A partir do momento em que o menino estivesse interno, seus pais seriam desautorizados de sua tutela, isto é, o menino seria considerado "abandonado" mesmo que temporariamente, já que sob amparo do Juizado.

A FUNABEM também concentrava no Poder Judiciário, em trabalho conjunto com delegacias especializadas, a responsabilidade de determinar o convívio com a família, a institucionalização nessa ou naquela casa, patronato, orfanato ou outros, como as escolas de ressocialização para aqueles que se cometiam atos infracionais.

Entretanto, pode-se perceber ao analisar as fontes que estas sentençaspoderiam ser reconsideradas a partir de demandas da instituição e das famíliasdos internos; a primeira poderia solicitar o desligamento da Casa por diversos motivos, mas o fazia, segundo a documentação, por questões de disciplina, quando a criança não se adequava às normas exigidas ou quando se apossavados valores referentes à venda dos impressos. No segundo caso, quando essa requisição vinha das famílias, era por intermédio da instituição ou para que os meninos ajudassem na renda e organização do lar, pelo fato de que os familiares

ascenderam financeiramente ou ainda, por mudanças de cidade ou estado. Assim, a família assinava um documento se responsabilizando pelo “menor” e informando o endereço da residência, para acompanhamento das autoridades.

Foi um ponto importante da reflexão aqui apresentada a percepção de que a suspensão do poder paterno dependia dessa decisão do juizado gerado por diversas questões pautadas na legislação, mas que poderia ser restituída aqualquer tempo, também a depender das questões familiares, econômicas e morais. Havia uma flexibilização desse embargo à família: há casos de que o garoto internado ia passar as férias com os parentes, então o juiz expedia a sentença de restauração do poder aos pais e quando se dava o fim do recesso escolar, o menino retornava à instituição e o magistrado autorizava novamente a integração do interno, suspendendo a tutela dos pais mais uma vez e destinando-o aos cuidados do Estado.

Assim sendo, foi possível perceber que os relatórios da CAPEJO utilizam o termo abandonado para os garotos porque muitos deles eram mesmo considerados abandonados e isso não significava um abandono físico dos pais,de o deixarem sozinhos, mas uma forma de reproduzir um discurso vigente queconsiderava as crianças pobres como desamparadas e suas famílias como incapazes de educa-los bem, culpando-as pelos efeitos da pobreza e associando-as a corrupção moral e à delinquência – sustentando assim o discurso da necessidade da intervenção do Estado e a “cultura da nstitucionalização” (CELESTINO, 2015, p. 166).

## NOTAS

[i] Para a historiadora Silvia Arend, essa configuração de família surge inicialmente entre as elitese as camadas médias e caracteriza-se pelo seguinte conjunto de valores e práticas: “pela composição pai, mãe e filhos; pela presença de representações sociais que conformam o chamado amor romântico entre os cônjuges, bem como o amor materno e paterno em relação aos filhos (...).” (AREND, 2007, p. 276).

[ii] Pequeno Jornaleiro sem número. Prontuário n° 5876. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. A/B Caixa 03. Arquivo Municipal de Curitiba (os nomes utilizados nesse capítulo são fictícios, a fim de preservar a identidade dos sujeitos aqui mencionados).

[iii] Pequeno Jornaleiro n° 03. Pt n° 77263. FAS 19-13-2-3. Casa do Pequeno Jornaleiro 1962- 2002. Cad. A. Cx 01. Arquivo Municipal de Curitiba.

[iv] Pequeno Jornaleiro n° 01. Pt n° 681. FAS 19-13-2-3. Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002.
Cad “A” Cx 01. Arquivo Municipal de Curitiba

[v] Pequeno Jornaleiro n° 05. Sem número de prontuário. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad “A” Cx 01. Arquivo Municipal de Curitiba

[vi] Pequeno Jornaleiro n° 05. Sem número de prontuário. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A” Cx 01. Arquivo Municipal de Curitiba

[vii] Pequeno Jornaleiro n° 49. Pt n° 5378. FAS 19-13-2-2 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002.Cad. “A” Cx 01, Arquivo Municipal de Curitiba.

[viii] Pequeno Jornaleiro n°19. Pt n°4041. FAS 19-13-2-2 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002.Cad. "A" Cx 01, Arquivo Municipal de Curitiba.

## REFERÊNCIAS


AREND, Silvia M. F. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção. (Florianópolis, 1930-1945). Caderno Espaço Feminino, v. 17, n. 01, jan./jul., 2007.

BECHER, Franciele. **O "perigo moral" em tempos de segurança nacional:** políticas públicas e menoridade em Caxias do Sul – RS (1962-1992). Dissertação, História, Porto Alegre: UFRGS, 2012.

BUIAR, Janaina; CONCEIÇÃO, Arthur. Exploração da força de trabalho infantojuvenil: as várias faces deste grave problema social. In: ANDREOLI, Cleverson V.; TORRES, Patrícia L. (org.). Complexidade: redes e conexões doser sustentável**.** 832ed. Curitiba: SENAR, 2014, v. 1, p. 593-612

CELESTINO, Sabrina**. Entre a FUNABEM e o SINASE:** A dialética do atendimento socioeducativo no Brasil. Tese, Serviço Social Rio de Janeiro: PUC,2015.

FALEIROS, Vicente de P. Infância e Processo Político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZIN, Irene (org*.).* A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da legislação e da Assistência à Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais, 1995.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção***.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 37 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

LIMA, Nicolle T. de. **Os Meninos Na Casa do Pequeno Jornaleiro**: Institucionalização, Protagonismo e Trajetórias. (Curitiba, 1960-1978). Dissertação, História, Florianópolis: UESC: 2017.

MIRANDA, Humberto da S. A cor do abandono: as crianças em situação de rua no Recife na ditadura civil-militar (1964-1985). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 155 - 179, jan./abr. 2015.

REIS, Antero M. D. dos*.* **Trabalho infantojuvenil, impactos e dilemas do ECA**: a luta por direitos na justiça do trabalho – TRT 12 (Florianópolis, década de 1990). Tese, História, São Paulo: USP, 2015.

SCHUCH, Patrice. Infâncias e crianças. Civitas, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 205- 220, maio/ago. 2013.

VOGEL, Arno. O Menor Filho do Estado. Pontos de Partida para uma História da Assistência Pública à Infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (org.). A arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais, 1995.

BRASIL. Decreto número 17.943 A, de 12 de outubro de 1927.

CURITIBA. Extrato dos Estatutos da Casa do Pequeno Jornaleiro, 21 de setembro de 1942. Acervo da Casa da Memória de Curitiba, 1942.

CURITIBA. Em Louvor da Bondade: Discurso oficial pronunciado por ocasião da colocação da pedra fundamental do edifício da "Casa do Pequeno Jornaleiro". Curitiba, Natal de 1942. Acervo Arquivo Municipal de Curitiba, 1942.

CURITIBA. Prontuários de Pequenos Jornaleiros. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A” Cx 01; Arquivo Municipal de Curitiba. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A” Cx 02; Arquivo Municipal de Curitiba.

FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A/B” Cx 03; Arquivo Municipal de Curitiba.

# SOBRE A ORGANIZADORA

**ELIANE MIMESSE PRADO -** Graduada e Licenciada em História e Licenciada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Mestre em História e Filosofia da Educação e Doutora em História da Educação, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Efetuou estágios de Pós-Doutorado: no Programa de História Social da PUCSP entre os anos de 2013 e 2014, e no Programa de Educação, no departamento de Fundamentos da Educação na Universidade de São Paulo (FEUSP), entre os anos de 2014 e 2015. Membro do Comitato Scientifico Internazionale della Collana Storia delle Istituzioni Educative e della Letteratura per lInfanzia, Milano. Integra como membro a Red de Estudios de Historia de las infancias en America Latina (REHIAL) e a Red de Estudios Rurales sobre familias, infancia y juventudes (RERFIJ). É coordenadora do Simpósio Temático:Infância, Adolescência e Juventude: História e Historiografia da Associação Nacional de História/seção Paraná (ANPUH-PR); é sócia da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: História da educação e ensino de História.

# DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO


www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021

# DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO


www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021